

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

# **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**

São Paulo

Setembro de 2008

**Autor: Carlos Eduardo Noronha Roesler**

**Orientador: *Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo***

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

## **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**

Dissertação Apresentada ao  
Programa de Pós-graduação do  
Departamento de Ciência Política  
da Universidade de São Paulo,  
para a obtenção do título de  
mestre em Ciência Política

Área de Concentração: Teoria Política

**Autor: Carlos Eduardo Noronha Roesler**

**Orientador: *Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo***

São Paulo

Setembro de 2008

**Aos meus pais,  
pela dedicação e esforço.**

## **Agradecimentos,**

Ao Prof. Dr. Cícero Araújo, por quem tive o privilégio de ser orientado desde a graduação, pelas contribuições que propiciaram o que há de melhor neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Bernardo Ricupero, pelas sugestões e indicações bibliográficas em diferentes momentos da pesquisa, que muito contribuíram para o desenvolvimento da dissertação, e à Prof.a. Dra. Rossana Reis, pelas sugestões durante meu exame de qualificação, que muito ajudaram em minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Ricardo Musse, por acompanhar o desenvolvimento de minha pesquisa e me auxiliar, especialmente, nas discussões iniciais do mestrado.

Aos Prof.s. Drs. Marta Arretche, Gildo Marçal Brandão, Eduardo Kugelmas (in memoriam) e Jorge Grespan, pelas aulas ministradas durante a pós-graduação, que ajudaram na minha formação como pesquisador.

Aos funcionários do DCP, em especial à Vivian e à Raí, por ajudarem no árduo embate frente a prazos e procedimentos burocráticos.

Aos colegas de mestrado em Ciência Política, por compartilharem os momentos de angústia, as alegrias e os questionamentos da pesquisa acadêmica, e aos companheiros de estudo do Capital, pelas discussões quinzenais sempre enriquecedoras.

Ao Bando de Pessoas e às pessoas Nonada, por me ensinarem a pensar a política, e aos carnavalescos, pela amizade.

Aos colegas de graduação da FFLCH com quem convivi durante os últimos 9 anos, por me acompanharem nesta caminhada.

Ao Cido, à Heloisa, ao José Alexandre, à Érika, ao Paulo Arthur e ao Felipe, por me apoiarem e me darem incentivo.

**Resumo:**

O objetivo do trabalho é realizar uma reflexão teórica sobre a questão nacional. São analisadas as principais teorias sobre a nação e o nacionalismo, com especial atenção para as relações por elas estabelecidas entre o nacionalismo e a transição para a Era moderna. A formação do Estado-Nação, a utilização da tradição e as transformações promovidas pelo processo de modernização são discutidas a partir da perspectiva da continuidade ou da descontinuidade atribuída às nações e ao nacionalismo. Como resultado, é apresentada uma interpretação do nacionalismo como a busca para encerrar simultaneamente em um mesmo fenômeno a tradição e a modernidade. O nacionalismo é então entendido como um projeto para unificar o passado, o presente e o futuro de uma comunidade, na medida em que procura estabelecer as formas de organização da política a partir da pertença a uma ancestralidade comum. As construções históricas nacionais, conclui-se, podem até serem substituídas, porém tão somente por outras instituições que sejam capazes de oferecer uma mescla entre as origens de uma comunidade, seu desenvolvimento atual e sua idealização de futuro.

**Palavras-chave:** teorias do nacionalismo; tradição; modernidade; construção da nação; identidade étnica.

**Abstract:**

The present work pursues a theoretical reflection on the national question. It analyses the main theories on nations and nationalism, with especially regard to the relationship between nationalism and the transition from pre-modern to modern Era. The formation of the Nation-State, the uses of tradition and the transformations brought about by modernization are discussed in terms of the continuity or discontinuity of nation and nationalism. As results, it is presented an interpretation of nationalism as a search to reach modernization and tradition at the same time. Nationalism is then a project to unify past, present and perfect, as it tends to establish the way in which politics should be organized in here and from now on, as determinate from our belonging to ancient community or *Gemeinschaft*. The conclusion is so that nations and nationalism, as being historical constructions, can be overlapped. But only by another institution that bring about a similar mixture of the origins, the current life and the future of a community.

**Key-words:** theories on nationalism; tradition; modernity; construction of the nation; ethno-identity.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I – Nação e Nacionalismo .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo II – Nacionalismo e Modernidade .....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo III – Nacionalismo e Tradição.....</b>	<b>46</b>
<b>Capítulo IV – Tradição e Modernidade.....</b>	<b>65</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>85</b>

## **Apresentação**

O tema desta dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo é o nacionalismo político. Mais precisamente, temos a intenção de investigar as relações complexas estabelecidas pela teoria política contemporânea entre o fenômeno do nacionalismo e a transição do mundo tradicional para a modernidade. A partir da análise de autores influentes na reflexão sobre o assunto, consideramos ser possível expor de maneira adequada o debate atualmente mais relevante sobre o nacionalismo, e imiscuir-nos na busca pela construção de um argumento que dê conta de entender a relação entre a emergência do mundo moderno e a eclosão do nacionalismo.

A dissertação apresenta uma discussão sobre os principais conceitos envolvidos no tema. Acreditamos que a própria exposição do modo como a questão nacional e sua relação com o advento da modernidade se apresenta na literatura possibilita uma varredura inicial interessante para nossa argumentação posterior.

O esforço no Capítulo I encontra-se em descrever o tipo de problema teórico que justificaria tal incursão na bibliografia sobre o nacionalismo. Além disso, apontamos algumas inquietações surgidas durante a discussão do tema, que levaram à tentativa de redefinir o escopo ao qual deve situar-se o conceito de nacionalismo.

O Capítulo II apresenta o tipo de argumentação denominado atualmente como “modernista”, o qual defende a caracterização do nacionalismo como resultado fundamentalmente do processo de transição para a sociedade moderna. O desenvolvimento dessa argumentação vale-se basicamente de seu autor mais influente, o britânico de origem tcheca Ernest Gellner, e das contribuições de Benedict Anderson

para a formulação de um modo fundamental para se enxergar as nações, como comunidades imaginadas, além das implicações sugeridas por pesquisas empíricas, como as reunidas por Hobsbawm e Ranger (1997), que tomam as tradições nacionais como invenção.

O capítulo III centra-se na argumentação diametralmente oposta presente na literatura sobre o nacionalismo. Seu autor mais significativo é o também britânico Anthony D. Smith, cuja reflexão é uma espécie de desenvolvimento do que os teóricos comumente agrupados sob a alcunha de “primordialistas” realizaram no passado. O cerne da tese de Smith está na tentativa de estabelecer a continuidade entre as raízes pré-modernas do nacionalismo e as nações atuais.

O ponto de chegada da dissertação busca o desenvolvimento de uma argumentação que pudesse repensar as questões debatidas por ambas as correntes sob um prisma um pouco diferente. Ambicionáramos assim de alguma forma dar conta de questões cruciais para a reflexão sobre o nacionalismo, aparentemente ofuscadas pela oposição entre primordialistas e modernistas.

No entanto, é preciso deixar claro não pretendemos com isso percorrer, de maneira exaustiva, toda a literatura existente sobre o tema. Não nos propomos a realizar qualquer espécie de *survey* teórico, que fosse capaz de dar conta de diferentes nuances presentes no debate, ou que resgatasse em seqüência os diversos autores que se dedicaram ao tema<sup>1</sup>. O que propomos é discutir um aspecto central da teoria sobre o nacionalismo, a saber, a relação deste com o processo de modernização. O intuito não é, portanto, proceder a uma vasta revisão da bibliografia sobre o tema, mas sim investigar um aspecto polêmico da literatura sobre o tema, propondo uma contribuição que supomos útil para a compreensão do fenômeno.

---

<sup>1</sup> Para um trabalho interessante realizado com este objetivo, Cf Smith (1998).

## **I. Introdução: Nação e Nacionalismo. Ainda.**

### **A crise do Estado-Nação**

“A coruja de Minerva que traz sabedoria, disse Hegel, voa no crepúsculo. É um bom sinal que agora está circundando ao redor das nações e do nacionalismo.”

(Hobsbawn, 1990)

Nos anos 90 do século XX, ganhou força a idéia de que o Estado-Nacional estava em crise. Não foram poucos os que acreditavam enxergar o fim dessa forma de organização política, e esforçavam-se em vislumbrar o que deveria vir em seguida. No lugar do Estado-Nação, haveriam de surgir novas formas de organização política, com maior capacidade para enfrentar os desafios do fim do século.

As razões para a “crise” dos Estados nacionais relacionavam-se, via de regra, ao conjunto de fenômenos agrupados sob o rótulo de “globalização”. Para ficarmos em alguns exemplos conhecidos: o crescimento de empresas multinacionais e transnacionais; a internacionalização do fluxo de capitais; o surgimento de atores não-estatais relevantes no cenário internacional; o fortalecimento de organismos multilaterais; e, em especial, a formação de blocos econômicos, militares e também políticos. Estes, dentre outros aspectos característicos da vida em mundo globalizado pareciam claramente pôr em xeque a capacidade dos Estados em controlar os indivíduos e grupos sociais circunscritos em um determinado território.

Por outro lado, a ameaça à vida soberana dos Estados viria acompanhada por um desprestígio cada vez maior da sua capacidade de legitimação em termos nacionais. O sentimento nacionalista, tão presente nos conflitos mundiais durante os séculos XIX e

XX, parecia ter arrefecido. Bandeiras, hinos e canções nacionais não mais embalariam os sonhos e pesadelos de milhões de pessoas e, o que é mais importante, o nacionalismo não mais serviria como ensejo para o sacrifício de vidas humanas.

O fundamento para a crença no crepúsculo das nações e nacionalismos reside principalmente no continente europeu. Após séculos de conflitos fratricidas e da morte de milhares e milhares de indivíduos, as querelas nacionais haviam sido deixadas de lado para a formação de um único bloco político e econômico, ficando para trás todo o histórico de horrores em guerras e tentativas de extermínio de etnias.

Ao mesmo tempo, o próprio conceito de identidade nacional foi posto intelectualmente à prova. Inicialmente pela historiografia, que mostrou o quanto havia de fajuto em ritos, vestes, poemas e canções nacionais, às quais se reputava uma origem antiqüíssima, mas que foram na verdade forjadas com o intuito deliberado de servir aos propósitos políticos de grupos nacionalistas. E em seguida, pela chamada crítica pós-moderna, pródiga em identificar a dissolução identitária dos sujeitos em um mundo vítima de um contínuo processo de modernização. Os rótulos étnicos e nacionais seriam eles mesmos fluidos, incapazes de manter-se fixamente em um mundo em constante transformação.

Contrariamente aos prognósticos mais apressados, porém, o nacionalismo dá sinais de insistência como uma força relevante no espectro político mundial. Manifestações de orgulho nacional não desapareceram por completo da vida cotidiana das pessoas. Pelo contrário, os ritos e símbolos nacionais continuam presentes. Por outro lado, experiências singulares de alargamento das fronteiras nacionais em direção a blocos estatais apresentam-se até agora menos como entidades preparadas para suprimir o sistema internacional baseado em Estados soberanos, e mais como novos atores dispostos a inserirem-se nesse próprio sistema. Sua existência parece vincular-se menos

a uma crise generalizada do Estado-Nação, e muito mais a circunstâncias políticas e históricas próprias. Circunstâncias estas que requerem, elas mesmas, a construção de novas identidades políticas, e que implicam em uma ressignificação do conteúdo histórico disponível.

### **Nacionalismo e desenvolvimento do capitalismo**

Um dos paradoxos mais destacados no processo de globalização diz respeito à persistência de embates políticos ainda assentados em atributos étnicos e nacionais: ao mesmo tempo em que parece existir uma maior interdependência e um aprofundamento do contato entre diferentes povos, assistimos todos ao recrudescimento dos conflitos identitários e à revalorização das comunidades locais. Assim, a despeito da ênfase na tendência de internacionalização, presente desde a origem do capitalismo, ainda assim a questão nacional impõe-se como fator explicativo dos problemas políticos referentes ao processo de expansão do capitalismo.

Para a perspectiva marxista, por exemplo, a lógica interna ao modo de produção capitalista implica uma tendência crescente à extensão da lógica mercantil a novos territórios, aliada à quebra das barreiras políticas, econômicas e sociais presentes em um mundo dividido em diferentes nações. O pensamento marxista se caracteriza justamente por imaginar o capitalismo como um sistema expansionista, cujo desenvolvimento tende a espalhá-lo por todo o globo, e destruir com isto os modos tradicionais de vida por onde quer que passe. Ainda assim, é necessário dar conta do florescimento das comunidades nacionais, por toda parte onde se propaga tal sistema. O modo de produção capitalista, em uma tendência crescente à extensão da lógica mercantil a

novos territórios, quebra as barreiras políticas, econômicas e sociais entre os diferentes povos. Tal lógica convive, entretanto, com a ascensão e o desenvolvimento do Estado nacional. Já no Manifesto Comunista de 1848, “a afirmação de que tudo o que é sólido desmancha no ar é compensada por outra, a de que esse mesmo capitalismo dá origem à estrutura territorialmente fixa e juridicamente invariável do Estado burguês” (Balakrishnan, 2000).

Se é verdade que o modo de produção capitalista, estendido a todos os recantos terrestres, funciona invariavelmente a partir da centralidade da produção de mercadorias, a expressão política desse sistema, contudo, é conferida por comunidades particulares, cujas tradições e formas de organização referem-se a conteúdos locais. Um sistema econômico, por assim dizer, não teria, a princípio, a necessidade de impor contornos pré-definidos à organização política da sociedade. Por sua vez, as delimitações de fronteiras entre os países via de regra são o resultado de processos históricos complexos, nos quais se costuma admitir um papel de destaque para os movimentos políticos em luta pela emancipação de seu próprio Estado-Nação.

Nesse sentido, para a perspectiva marxista importa menos uma consideração sobre o direito à autodeterminação nacional, e muito mais o significado que o movimento nacionalista eventualmente poderia adquirir no seio do desenvolvimento histórico. As considerações sobre os movimentos nacionalistas apresentam assim um caráter particular em cada caso. O próprio Marx parece mais interessado em determinar o papel, se emancipatório ou retrógrado, desempenhado por cada luta nacionalista, no interior de uma história entendida a partir da totalidade, do que formular uma teoria propriamente voltada para a compreensão das razões que motivaram a formação de Estados baseados em comunidades nacionais.

Ainda assim a tradição marxista vê-se compelida a lidar com pelo menos dois aspectos relevantes na discussão sobre o nacionalismo. Em primeiro lugar, o problema da luta de classes no interior de uma comunidade nacional, resolvida do ponto de vista do capitalista pela solidariedade entre classes promovida pela idéia de nação, ao mesmo tempo em que cada proletariado deve acertar contas primeiramente com a burguesia de seu próprio país, tal como indica conhecida passagem do *Manifesto Comunista*. Em segundo lugar, o problema da concorrência intercapitalista no plano mundial, em que a nação passa a ser concebida como uma plataforma por meio da qual burguesias locais impulsionam sua capacidade de vencer os concorrentes, e que conforma o tipo de relação entre classe capitalista e Estado descrito pela teoria do imperialismo.

Já o tipo de internacionalismo presente na reflexão marxiana está por sua vez extremamente relacionado à atuação política de seu autor. Sua perspectiva teórica exprime conceitualmente o engajamento na ação dos trabalhadores europeus (GILBERT, 1978; 1979). A ênfase no caráter mundial da expansão capitalista encontra correspondência em sua atividade revolucionária e o esforço em constituir uma organização operária internacional.

### **Marxismo e nacionalismo**

No campo do marxismo, talvez a principal controvérsia digna de nota a respeito do tema seja o debate entre Stálin e Otto Bauer no início do século XX. Este último, membro da social-democracia austríaca, tinha uma difícil tarefa à vista: construir no seio do império austro-húngaro, marcado por cisões étnicas e já vítima de importantes manifestações de busca por emancipação nacional, um movimento de trabalhadores internacionalista e, o que parecia mais difícil naquele contexto, livre de rivalidades entre

operários de comunidades vizinhas. Sua tentativa de interpretação da presença da identidade nacional frente às demais manifestações de solidariedade possíveis leva-o à busca do “caráter nacional”. Este é definido por Bauer como “uma comunhão relativa de traços no modo de comportamento de cada indivíduo”, não sendo “nada além do precipitado da história de uma nação” (Balakrishnan, 2000).

Por meio desta peculiar junção entre caráter nacional e história, Bauer concebe uma espécie de tentativa de síntese entre essencialismo e materialismo histórico. Isto porque o caráter nacional é algo primordial, na medida em que exprime o espírito de um povo, realmente existente. Por outro lado, argumentava ser evidente as transformações históricas pelas quais atravessa o hábito de uma coletividade, de modo que os indivíduos se pareceriam, empiricamente, muito mais com os seus contemporâneos do que com os seus antepassados longínquos. Soma-se a isso uma espécie de justificativa nacionalista para a luta socialista, pois segundo o autor somente com o advento da sociedade comunista o espírito da nação expressar-se-ia de modo verdadeiro e sem constrangimentos. Bauer procura assim legitimação teórica para a solidariedade entre os trabalhadores de diferentes grupos étnicos, projeto político frustrado empiricamente, mas cujo resultado teórico é no mínimo curioso.

Não por acaso, Stálin voltaria suas energias para a crítica de tal entendimento sobre a questão nacional. Bem à moda cientificista, constrói uma definição um tanto engessada para a nação. Haveria uma lista com as características fundamentais que conformam uma comunidade nacional (língua, território, vida econômica em comum e “conformação psíquica que se manifesta na cultura comum”). Porém, “basta que uma delas falte para que a nação deixe de sê-lo” (Stálin, 1982, p. 96). Além disso, opõe-se contundentemente ao trabalho de Bauer, incapaz de dar conta das manifestações empíricas que demonstravam a debilidade de certas comunidades e seus respectivos

espíritos nacionais. Stálin apontava assim o caráter um tanto fantasmagórico da interpretação de Bauer (“cozida com os fios do idealismo”), porém era incapaz de substituí-la por outra que desse conta do dinamismo ao qual estavam sujeitas as comunidades nacionais.

No caso dos teóricos engajados na luta nacionalista dá-se algo diverso. O horizonte intelectual é limitado pela emergência concreta dos Estados nacionais europeus. A reflexão torna-se então permeada pela “necessidade” ou “urgência” do despertar da nação, entendida como uma entidade primordial na vida humana. Esse tipo de postura pode, obviamente, ser criticada por subordinar a interpretação de um fenômeno social aos anseios particulares de seu autor, ou por instrumentalizar o pensamento político a um fim exógeno à sua lógica. Não obstante, cabe notar a importância para qualquer tipo de reflexão das condições sociais nas quais estas são formuladas, e o papel que estão invariavelmente destinadas a exercer. No caso da revigorada discussão acerca do caráter do nacionalismo no final do século XX, o contexto da chamada globalização certamente exercerá papel de destaque.

### **Estado-Nação e cosmopolitismo**

A difusão, por todo o globo, do Estado-Nação como forma de organização política tivera, nos últimos anos do século passado, a presença da democracia representativa como seu regime decisório correspondente. O fim da guerra fria e o aprofundamento do processo de globalização econômica trouxeram então novos desafios para o ideal democrático-nacional.

Por um lado, a queda da cortina de ferro implicou em profundas alterações na ordem política mundial, levando ao rearranjo das instituições internacionais. Por outro,

a intensificação e a aceleração do comércio mundial possibilitado pelo incremento tecnológico dos meios de comunicação, proporciona o surgimento de atores transnacionais que prescindem dos interesses próprios dos países e colocam em xeque a autoridade estatal.

Nesse contexto, há então uma tendência para a intensificação da integração entre as distintas sociedades espalhadas geograficamente, ao passo que se abre a possibilidade para a constituição de formas diversas para o exercício da autoridade política no plano global. As discussões teóricas de diferentes vertentes passam a enfocar a questão da governança no plano mundial, buscando novos desenhos institucionais capazes de concretizar a democracia em um plano mais abrangente do que o Estado nacional e de materializar o ideal de paz que se encontra na base do cosmopolitismo.

Assim o cosmopolitismo e outras formas diversas de governança mundial assumem posição de destaque no interior da reflexão política. Ao mesmo tempo em que procurava se inspirar em processos recentes pelos quais atravessa a sociedade, o ideal cosmopolita extrapolaria a observação estritamente empírica, buscando as potencialidades para o avanço da democracia para além do Estado-Nação.

Em que pese suas raízes teóricas e morais na Antigüidade greco-romana e no ideal kantiano de paz, apresenta-se o cosmopolitismo como um desdobramento da disseminação do ideário democrático. O desenvolvimento social, econômico e político encabeçado pelo Ocidente e a extensão da democracia para instituições não-estatais chocar-se-ia com o sistema internacional fundamentado na soberania dos Estados nacionais. Estes, teriam então se convertido em obstáculo para alcançar-se as promessas do futuro e, dessa forma entendidos, arranjos institucionais obsoletos.

O objetivo era, portanto, estender para todo o globo os pressupostos de funcionamento da democracia liberal. Não por acaso, os elementos compartilhados por

todas as perspectivas cosmopolitas restringem-se ao individualismo, ao se tomar o indivíduo como unidade de referência para se pensar as relações sociais, o universalismo formal, ao se supor a equidade entre todos os seres humanos, e um certo generalismo, ao tomar os seres humanos todos como membros de uma grande comunidade global, abstraindo-se as infinitas particularidades determinadas socialmente. (Pogge, 1992).

A perspectiva cosmopolita, aparentemente, perdeu parte de sua influência, após forte ímpeto inicial. Não se trata porém de uma interpretação que possa ser desprezada, dada a sua influência no debate político. Se, de fato, ainda não conseguiu realizar-se institucionalmente, por meio de mecanismos de governança global mais efetivos, trata-se certamente de um ideal político influente, tendendo a fazer parte das discussões sobre nação e nacionalismo de maneira constante.

O intuito deste trabalho, porém, é discutir os tipos de interpretações teóricas oferecidas atualmente para a compreensão do fenômeno do nacionalismo. Para tanto, cabe discutir a ascensão da questão nacional como um tema fundamental no debate político.

### **A emergência do nacionalismo**

A partir do século XVII é possível observar a emergência de Estados cuja legitimidade passa a relacionar-se mais com a idéia de nacionalidade do que com a legitimação dinástica própria dos períodos anteriores. Desde então, o nacionalismo impôs-se como doutrina primordial através da qual atores interessados em construir um Estado soberano encontram os preceitos e justificativas mais poderosos para auxiliá-los em tal empreitada.

A tese segundo a qual cabe a cada nacionalidade a formação de um Estado respectivo tornou-se preponderante. Às primeiras nações a se constituírem como organizações políticas modernas, como a Inglaterra pós-Revolução Gloriosa ou mesmo o pioneiro pequeno Estado centralizado português, veio juntar-se progressivamente a maior parte do que hoje reconhecemos como nacionalidades européias. A unidade administrativa em um determinado território, fundamentada sobre uma comunidade de destino passava a ser regra.

Por outro lado, para a teoria sobre o nacionalismo não é um problema controverso o modo como as nações se legitimam. Este é assinalado de modo irrefutável pela doutrina nacionalista: cabe, a cada comunidade nacional, o direito a gozar de seu próprio Estado nacional. O princípio da autodeterminação dos povos não faz distinção de credo ou cor: um povo, uma nação, um Estado. Porém nada (ou quase nada) nos é dito sobre quais povos devem ter sucesso (e por conseqüência quais devem fracassar) em sua luta por emancipação nacional.

Não se trata propriamente de um dilema novo. Saber a razão de algumas comunidades servirem para constituir a base de uma identidade nacional, enquanto outras não vingarem, apresentava-se como indagação já para os primeiros teóricos do nacionalismo. Por isso, diversas foram as tentativas de explicação surgidas ao longo do tempo.

Inicialmente, imaginou-se poder encontrar uma medida para a viabilidade das nações em seu tamanho frente às demais. Tal era a convicção, por exemplo, dos ideólogos da unificação de um cem números de pequenos Estados em um relativamente grande se comparado aos vizinhos, como no caso da Alemanha e Itália. Assim, “seguese que o princípio da ‘nacionalidade’, aplicado na prática, servia apenas para nacionalidades de certo tamanho. Daí o fato, de outra forma surpreendente, de Mazzini,

o apóstolo desse princípio, não visualizar a independência da Irlanda” (Hobsbawn, 1990).

Conexo a esse argumento, estava a noção difundida pela Economia Política Clássica sobre a importância para o desenvolvimento capitalista da formação de economias nacionais. A criação de um mercado interno parecia fundamental para o bom funcionamento do processo de circulação de mercadorias. Em linhas gerais, argumentava-se que “um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção” (Mill, 1981)

Tais apontamentos, porém, se mostram insuficientes para dar conta do problema. Afinal, como é possível observar desde a formação dos primeiros Estados nacionais, estes não implicavam sempre o alargamento espacial das organizações políticas. De fato, por vezes a doutrina nacionalista serviu como uma espécie de substrato ideológico para fomentar a expansão de fronteiras, como no caso do nacionalismo russo ou inglês. Além disso, para a Alemanha e para a Itália, a doutrina nacionalista foi fundamental para a unificação de grandes porções de terra, sobre as quais se espalhavam centenas de pequenos principados, em Estados nacionais mais amplos.

Muitas vezes, no entanto, a luta pela emancipação nacional se trava no interior de Estados maiores e significam portanto a sua fragmentação. A História da Europa está repleta de exemplos de conflitos desse tipo, que muitas vezes subsistiram mesmo frente à idéia mais recente de criação de uma entidade supranacional no continente. As disputas separatistas, seja por meio de ações armadas efetuadas por organizações terroristas, seja pela luta por maior autonomia de parlamentos regionais, não poderiam ser excluídas de uma história do nacionalismo.

Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo certamente impõe constantemente novas determinações à constituição dos Estados nacionais. Ao longo do

século XIX e início do século XX, a política imperialista levou as grandes potências a expandir seus territórios para muito além dos limites estabelecidos pela distribuição espacial dos diferentes grupos étnicos. De fato, as nações européias incorporaram uma série de outros povos sob seu domínio, aos quais passaram a obedecer aos seus ditames.

Se, inicialmente, tais acontecimentos podem ser entendidos de maneira independente à problemática nacional, visto que consistia no predomínio de Estados militarmente mais bem organizados frente a povos ou culturas que ainda não se reconheciam enquanto nações, terão entretanto importância fundamental nos eventos subsequentes.

Isto porque, via de regra, o movimento de descolonização que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial e o declínio das grandes potências européias assume justamente o caráter de uma luta nacionalista contra os invasores europeus. A emancipação das antigas colônias do jugo ocidental é levada a cabo a partir da disputa pelo controle do aparato administrativo de controle social erguido pelas nações estrangeiras.

Nesse sentido, não se trata tão somente da dominação de um povo sobre o outro, algo que é historicamente onipresente. Mas sim da extensão do modelo de organização política calcada no Estado nacional para todo o restante do mundo. Objetivamente, os Estados nacionais passavam a prescindir também de uma conformidade com as fronteiras territoriais marcadas por etnias distintas. À universalização do modo de organização estatal seguiu-se todo um sistema internacional fundamentado em sua existência, e empenhado em manter a estabilidade de suas relações tanto externa quanto internamente. Não por acaso, os Estados nacionais passam a ser descritos pela teoria política como os grandes protagonistas das relações de poder em escala planetária.

Paralelamente à ascensão do Estado-Nação como forma de organização política, por assim dizer, onipresente, passa-se também a uma série de transformações no plano sócio-econômico de todos os povos que são de alguma forma atingidos pelo desenvolvimento do capitalismo. Justamente, tais fenômenos ocorrem de maneira praticamente simultânea. O desenvolvimento do capitalismo e a universalização do modelo de Estado nacional articulam-se de maneira fundamental, de modo que a literatura acerca do surgimento e do desenvolvimento das nações e do nacionalismo é obrigada a discutir a sua relação com a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. A forma como cada teoria compreende tais processos, a leva a ocupar um espaço no campo das teorias sobre o nacionalismo, seja o campo do modernismo, para quem o surgimento do nacionalismo é caracterizado pela ruptura com as formas de organização pré-moderna, seja o do perenialismo, para quem há continuidade.

### **Modernismo e perenialismo**

O debate entre as perspectivas modernista e perenialista será objeto de discussão dos próximos capítulos da dissertação. Neste momento, cabe tão somente uma breve apresentação da discussão, baseada no trabalho do historiador Anthony D. Smith (1998), que atribui à contenda o caráter de uma dicotomia, passível de ser resumida pela enumeração das características principais de cada ponto de vista.

Assim, o paradigma modernista se caracterizaria pela compreensão de que as nações são entidades modernas, e portanto relativamente recentes, tendo surgido por volta dos séculos XVII e XVIII. As nações são, efetivamente, um produto da modernidade, no sentido de que devem a sua existência a elementos presentes a partir

do advento da modernidade. De fato, fora o justamente o aparecimento da modernidade o que propiciou a ascensão das comunidades nacionais.

Inversamente, as nações não possuiriam, por assim dizer, raízes profundas na história de cada povo. É o início do processo de modernização, em cada localidade, o sinal para o surgimento dos Estados nacionais. As nações e o nacionalismo teriam assim a sua existência ligada à modernização, de modo que o fim ou o aprofundamento de tal processo exerceria impacto profundo sobre as comunidades nacionais, podendo mesmo as levar ao desaparecimento. A chave para a superação das fronteiras nacionais e dos sentimentos nacionalistas residiria nos rumos tomados pela dinâmica de modernização que, se por algum motivo gerara no passado como um subproduto o nacionalismo, poderia vir a fazer diferente no futuro. Finalmente, as comunidades nacionais devem ser entendidas como construções sociais, artificialmente criadas, podendo estar a serviço de grupos sociais específicos nelas interessados. Enquanto criações culturais, são relativamente maleáveis, podendo convir aos propósitos de elites políticas que adquiram diferentes conformações.

Em oposição ao modernismo, o paradigma perenialista argumenta que as nações têm a sua origem em grupos etno-culturais. É tão somente em um momento posterior que tais grupos são dotados de um caráter eminentemente político. Não se trata, porém, de uma invenção da modernidade: comunidades étnicas e culturais existem desde tempos imemoriais, posto que é justamente deste modo que as sociedades humanas se organizam. Justamente por isto, a nacionalidade é algo que remonta ao passado remoto da comunidade, com raízes em um tempo histórico anterior ao moderno. As comunidades nacionais possuem também um vínculo estreito com o território delimitado que ocupam, sendo este parte fundamental da formação de sua identidade. A existência coletiva por sua vez expressa as necessidades e aspirações de um povo, que

se manifesta inclusive em cada indivíduo, por meio do caráter nacional que lhe é desde o início de sua vida atribuído. Cada povo constitui assim uma entidade orgânica, unida por laços de ancestralidade comum ao passado da comunidade, e dotado de formas culturais autênticas para expressar a sua identidade nacional. A solidariedade entre os indivíduos membros de uma mesma comunidade é praticamente dada de antemão, sendo anterior à própria pessoa.

## Capítulo II - Nacionalismo e Modernidade

A maior parte da literatura sobre o tema do nacionalismo considera-o como um fenômeno político próprio da Era Moderna. Isto a despeito da forma como o nacionalismo se apresenta. Ao invés de ser um movimento político disposto a fazer florescer os laços de um povo, cuja origem remontaria a um passado distante, a teoria identifica o nacionalismo como um subproduto do processo de modernização. O motivo principal relaciona-se à forma de organização social propiciada pela modernidade: é esta nova estrutura social que possibilita a formação das nações, deixando pra trás a miscelânea etno-lingüística, às quais se adaptavam as formas pré-modernas de organização do poder. Marcadamente, as nações e os movimentos nacionalistas são obrigados a conviver com uma nova formação social, e a mudança por ela ocasionada permite a emergência de entidades políticas novas, doravante denominadas Estados nacionais. A literatura modernista sobre o tema do nacionalismo aponta com clareza o fato: é a ruptura (com o passado pré-moderno) que propicia o surgimento das nações.

Do ponto de vista da organização política, o conceito de Estado-Nação é eminentemente uma construção moderna. Nesse sentido, se entendermos a nação como a forma de organização de um povo, somos levados a admitir o Estado como a instituição por excelência capaz de lhe dar vida. A nação seria assim algo próprio do mundo moderno e conteria, em sua própria definição, sua vinculação ao Estado. Como nos explica Weber, “a nation is a community of sentiment which would adequately manifest itself in a state of its own; hence, a nation is a community which normally tends to produce a state of its own.” (Weber, 1948, p. 179).

No entanto, é justamente no que se refere a uma “comunidade de sentimento” o ponto da discórdia em toda a literatura sobre o tema do nacionalismo. Afinal, a relação estreita entre nações e Estado é conhecida. Os próprios movimentos que se auto-intitulam “nacionalistas” estabelecem um ponto de contato com o Estado. “‘Nationalism’ is used to refer to political movements seeking or exercising state Power and justifying such action with nationalist arguments” (Breuilly, 1994, p. 2). Seja para buscar a sua construção (como no caso de movimentos irredentistas, como os movimentos de unificação de Alemanha e Itália no século XIX), seja para a luta pela emancipação da comunidade nacional frente a um domínio estrangeiro (objetivo mais comum dos movimentos nacionalistas) ou mesmo que se limite à reivindicação de autonomia regional ou reconhecimento de sua diversidade étnica e lingüística (perspectiva adotada por grande parte do movimento catalão, por exemplo), a interlocução com o poder estatal faz parte, digamos, da essência do que chamamos de nação. Nesse ponto, interpretações essencialistas, etno-simbolistas e modernistas poderiam convergir.

Não é possível, entretanto, restringir sua definição à busca por constituir um Estado. Este pode mesmo ser o objetivo declarado dos movimentos políticos nacionalistas. Não o fazem, porém, sem mais: reivindicam a luta por um Estado capaz de assegurar e proteger a existência de uma comunidade. O modo como tal comunidade é formada, suas origens, a estrutura social que lhe é correspondente e o seu caráter histórico são algumas das controvérsias presentes na discussão entre teorias do nacionalismo divergentes, e mesmo entre teorias diferentes situadas no mesmo campo de interpretação, o modernista. Investigar os pontos principais da argumentação modernista e o tipo de esclarecimento propiciado por sua perspectiva é o objetivo principal do esforço ao qual é dedicado este capítulo.

## **Crítica ao Essencialismo**

O alvo inicial de toda teoria modernista eram as concepções “essencialistas” ou “primordialistas” de nação. Tratar-se-ia de uma visão um tanto romantizada do tema, mas com poderosa influência no debate político.

Segundo os teóricos nacionalistas do final do século XVIII e início do século XIX, as nações eram entidades fundamentais de um povo, inerentes a toda e qualquer organização humana supostamente civilizada. Seriam mesmo uma espécie de extensão da família. Assim, a posse de língua, cultura e território comum constituía mais do que a mera fragmentação de projetos políticos imperiais derrotados. Compunham na verdade o espírito de um povo, cuja memória deveria ser mormente cultivada. Nesse contexto deu-se a publicação de “O que é o terceiro Estado”, às vésperas da Revolução Francesa, e dos “Discursos à Nação Alemã”, em 1807, nos quais Sieyès e Fichte, respectivamente, procuram definir o caráter da nação alemã e francesa, ao mesmo tempo em que as conclamam a tomar o seu lugar na história. Seguiram-se uma série de outros panfletos, inicialmente na Europa Central e posteriormente no leste europeu, com conteúdos variados, mas com ímpeto muito semelhante. A direção apontada era clara: vivia-se em um mundo composto por nações diferentes, e caberia aos seus membros mais destacados reanimar o povo e resgatar seu passado de glórias, retomando assim seu caráter nacional único.

De acordo com Kedourie (2004), o papel desses manifestos não pode ser desprezado. Os intelectuais nacionalistas formavam um grupo fundamental para a difusão desse ideário, não só na Europa, mas por todo o globo. Oriundos de um estrato social excluído de qualquer participação política mais efetiva no contexto do Antigo

Regime, abraçavam de bom grado uma teoria de legitimação do poder estatal que passava ao largo daquela preconizada pelo poder feudal, ao mesmo tempo em que supostamente resgatavam elementos tradicionais vasculhados no passado de cada povo.

Os intelectuais eram responsáveis, além disso, juntamente com a busca pelas raízes nacionais, por propagar os ideais de autodeterminação dos povos e de soberania popular. “That, at any rate, is how the founding fathers – Rousseau, Herder, Fichte, Korais, and Mazzini – saw the ideological movement of nationalism. In their view, and that of most subsequent nationalists, the movement brought together the vital aspirations of the modern world: for autonomy and self-government, for unity and autarchy, and for authentic identity” (Hutchinson, 1994).

Porém, o fato de que os intelectuais nacionalistas tenham desempenhado papel de destaque na formação das nações não implica que seu modo de interpretação sobre a natureza do nacionalismo fosse acertado. Dava-se precisamente o inverso: o surgimento das nações era um fenômeno que demandava um tipo de explicação distinto do qual era por eles oferecido por seus ideólogos. Já no século XX, caberia aos teóricos fornecer uma explicação diversa, sob pena de serem confundidos com seus precursores.

Destarte, cabe encarar a nação não como um ente espiritual presente de maneira atemporal no caráter dos povos, mas como uma instituição restrita a um período histórico delimitado, e cuja existência deve ser portanto compreendida a partir de causas encontradas no decurso do desenvolvimento das sociedades humanas. Isto é, “the nation is not a ‘natural’ or ‘biological’ group – in the sense, for example, of the family. (...) The nation is not definable and clearly recognizable entity; nor is it universal. It is confined to certain periods of history and to certain parts of the world” (CARR, 1945, p. 39).

Não sendo tomados como parte da essência natural dos grupos humanos, a nação e o nacionalismo podem então ser investigados como parte da história. “Este amor por la tierra natal, al que se considera como el núcleo del patriotismo, no es un fenómeno ‘natural’, sino el producto artificial de una evolución histórica e intelectual” (Kohn, 1949, p. 21). Tal história é, evidentemente, única para cada sociedade, porém, em termos políticos, distinguiu-se como um fenômeno que se difundiu por todo o globo. As razões específicas capazes de explicar a sua emergência envolvem aspectos relacionados à estrutura política e cultural das sociedades, os quais enfrentavam profundas alterações quando do surgimento das primeiras comunidades nacionais.

Se não há consenso acerca de uma data precisa (a Revolução Inglesa do século XVII, a Guerra da Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa do século XVIII e a publicação dos “Discursos à Nação Alemã”, do início do século XIX dividem as opiniões de historiadores modernistas como marco inicial da emergência do nacionalismo), pode-se delimitar o processo que desencadeou todo o drama nacional: a empreitada modernizadora levada a cabo a partir da Europa. Dessa forma, os autores posicionados no campo “modernista” esforçam em delimitar, em um período histórico bem determinado, a emergência deste ideal político. O real significado do termo nação, em termos políticos, restringe-se assim ao período histórico posterior ao advento da modernidade, antes da qual certamente existiam grupos que partilhavam uma cultura ou língua comum, mas não uma comunidade nacional. “ In central and eastern Europe the Word ‘nation’ and its equivalents meant a racial or linguistic group and had no political significance before the 19th century, when the doctrine gradually became prevalent that such groups had a right to political independence and statehood (‘national self-determination’)” (CARR, 1945, p. 39).

A identificação do nacionalismo como um fenômeno indissociável do processo de modernização relaciona-se fundamentalmente com as transformações ocorridas na estrutura social da comunidade. Em sociedades tradicionais, as restrições à mobilidade social implicam em tipos diferenciados de legitimidade política, nos quais o apelo a uma comunidade nacional não encontra terreno fértil para desenvolver-se. No caso da estratificação por estados, em especial, a própria representação política assumia o caráter estratificado, tornando o indivíduo parte de uma categoria específica da sociedade, conforme preconizado pelo direito feudal. Será o rompimento com essa forma de organização política uma das precondições para o surgimento do nacionalismo.

O processo de modernização também tornara premente o papel desempenhado pelo Estado como aparato de controle social. A crescente burocratização e centralização da organização estatal faziam com que sua ação incidisse sobre camadas cada vez mais amplas da sociedade. A padronização dos procedimentos adotados, por outro lado, tende a difundir a noção de que todos os indivíduos pertencentes a um Estado-Nação relacionam-se com ele da mesma forma. Por sua vez, a identificação com o Estado deveria suplantiar todas as demais identidades coletivas constituídas em um determinado grupo, ao mesmo tempo em que era estendida a todos os seus membros. “O Estado da civilização industrial de massas necessitava de uma legitimidade capaz de absorver todas as outras ideologias de massa, para garantir para si próprio o apoio dos cidadãos: esta legitimidade foi a idéia da Nação, que conheceu, por seu lado, uma transformação tão importante quanto significativa” (Shulze, 1997, p. 157). O conceito de nação foi modificado especialmente pela emergência da noção de soberania popular. Sobretudo a partir da Revolução Francesa, “nação” passa a referir-se não só a grupos específicos dentre os habitantes de um determinado território, como os nobres ou os participantes

das Dietas medievais, mas a todo o povo<sup>2</sup>. Contudo, são as mudanças na forma de organização da sociedade que permitem o surgimento de um modo de legitimação política condizente com o princípio de soberania popular. São essas transformações ocorridas no seio da sociedade que são portanto o foco de investigação dos teóricos modernistas, por meio da qual o conceito de nação pode então ser mais bem apreendido.

### **Nacionalismo e teoria social**

No sentido do que foi acima exposto, o nacionalismo pode ser bem definido como um princípio político. Tal princípio fundamenta a legitimidade do poder político em bases culturais, unindo assim o Estado à vida em comunidade. Segundo Ernest Gellner, o que o nacionalismo defende é a correspondência entre a unidade nacional e a unidade política. Tratar-se-ia de um princípio importante não só para delimitar as fronteiras da autoridade política, mas também para enunciar o tipo de soberania popular postulado pelas comunidades nacionais. “O nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população” (Gellner, 1993, p. 17). As fronteiras étnicas teriam como referência a divisão entre grupos populacionais a partir de diferenças culturais. Sua correspondência com as divisões políticas portanto não é óbvia mas, pelo contrário, problemática.

Entretanto, é certo que nem todos os sentimentos nacionalistas poderão ser concretizados. Isto é, será impossível para todas as comunidades que reivindicam uma nacionalidade própria formarem cada uma seu Estado-Nação. Por um lado, o número de

---

<sup>2</sup> Uma investigação acerca das raízes filosóficas de tal transformação, pode ser encontrada em Kedourie (2004). Segundo o autor, o ponto de partida filosófico para este processo pode ser encontrado na obra de Kant.

comunidades nacionais excede em muito as possibilidades de construção de Estados viáveis, de modo que algumas nacionalidades poderão alcançar o status de possuírem a sua organização política soberana, enquanto restará a outras a frustração de seu projeto de emancipação, por vezes este sendo sequer formulado. Por outro lado, a homogeneidade étnica estatal completa é um mito, cujas tentativas de concretizá-lo levam invariavelmente a procedimentos nefastos como a chacina, a expulsão ou a opressão cultural de grupos étnicos inteiros.

No entanto, a relevância do aparelho estatal para a construção de uma comunidade nacional não deve ser menosprezada. De fato, argumenta Gellner, o nacionalismo só se coloca como questão para as sociedades nas quais existe efetivamente um aparato político de tal ordem. Precisamente porque “não existindo Estado nem governantes, não pode haver ressentimento por eles não acatarem as exigências do princípio nacionalista. Pode talvez lamentar-se a ausência do Estado, mas isso é outro problema” (Gellner, 1993, p. 16). O nacionalismo é assim, ele mesmo, tributário da formação do Estado.

Nesse contexto a nação é formada muito mais pelo reconhecimento por parte dos indivíduos que a compõem, do que pelos elementos descritivos que os separam efetivamente de outros grupos. Certamente, um sistema de idéias, signos e instituições que as protejam devem estar presentes. As lealdades e a solidariedade gerada pelas nações, entretanto, são vitais. Afinal, “é esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo, que os transforma numa nação, e não outros atributos comuns, quaisquer que eles sejam, que distinguem essa categoria dos que não são membros dela” (Idem, p. 20). Segundo Gellner, tais características são próprias de sociedades que já atravessaram o curso da modernização. Para melhor compreendê-las, o autor constrói um modelo do

que seria a formação social anterior, de estratificação rígida. Essas sociedades apresentam-se como sociedades agrárias.

A estrutura social das sociedades pré-modernas teria como característica principal a cisão entre uma casta dotada de saber letrado, a qual monopoliza o poder político e jurídico, e todo o restante de indivíduos apartados da vida social escrita, sujeitos às leis e normas ditadas pela elite erudita. Trata-se, evidentemente, de uma minoria que possuía instrução, ou mesmo que era alfabetizada, enquanto a maior parte da população estava sujeita às interpretações e normatizações culturais oriundos do topo da hierarquia social. Além disso, a cultura popular está organizada de forma esparsa, não possuindo qualquer relação com as formas de legitimação da autoridade legal. Um mesmo reino poderia atravessar o território de diversos grupos étnicos, enquanto uma mesma cultura poderia encontrar-se dispersa pela área de diferentes países. Numa palavra, as fronteiras políticas eram determinadas por limites completamente diferentes das fronteiras estabelecidas pelas culturas.

As conseqüências políticas da modernização descrita por Gellner implicam justamente o rompimento deste cenário. O mundo social passa a ser descrito globalmente por meio de uma única linguagem, compartilhada por toda a população, e a qual se refere a todos os domínios da vida social. Não somente a língua falada e escrita, mas os signos, os símbolos e as normas de interpretação da cultura de um povo passam a ser compartilhados por todos os seus membros. Não existiriam mais fatos ou domínios especiais, isolados ou privilegiados, protegidos da contaminação ou contradição de outros, e que vivam espaços lógicos próprios e independentes. Inversamente, “esta era, com certeza, a característica mais notável das visões de mundo pré-modernas e pré-rationais: a coexistência no seu interior de vários pequenos mundos, incompletamente unidos, embora hierarquicamente relacionados, e a existência de fatos especiais e

privilegiados, sacralizados e ao abrigo de uma medida comum”. (Gellner, 1993). Tal realidade, pré-moderna, agora se esvanecia.

Nesse sentido, o nacionalismo liga-se a um tipo específico de divisão do trabalho, marcado pela mobilidade social. Os indivíduos são libertos da rigidez, por um lado, e da estabilidade, por outro, proporcionada pelas sociedades pré-modernas. Essa nova mobilidade no interior da estrutura social, notadamente relacionada ao tipo de organização do trabalho, proporciona certo tipo de igualitarismo, propiciado fundamentalmente pela movimentação no interior da sociedade. Assim, “uma sociedade condenada à troca permanente de lugares não pode erguer grandes barreiras de posição, casta ou estatuto entre os vários conjuntos de cargos. Isto impediria a mobilidade e, perante a realidade desta, conduziria, com certeza, a tensões insuportáveis. Os homens podem tolerar terríveis desigualdades se estas forem estáveis e consagradas pelo costume. Todavia, numa sociedade móvel e agitada, o costume não tem tempo para santificar nada” (Gellner, 1994). A legitimação de uma sociedade nova, marcada pela constante mudança de posições sociais, não pode seguir formatos antigos, mais adequados para a consagração da estabilidade e do continuísmo.

Para o autor, a chave para a compreensão da mudança colocada em curso pela modernização está no tipo de especialização requerida pelo trabalho, em cada tipo diferente de sociedade. As sociedades pré-modernas requereriam uma forma muito mais especializada de trabalho, ao qual um número muito restrito de especialistas era capaz de ter acesso. Os grupos sociais, ensimesmados, são relativamente auto-suficientes em termos educacionais, ainda que em termos econômicos a elite dependa do excedente produtivo que é gerado pelas camadas mais baixas da população. Na verdade, é justamente a detenção do saber educacional, de maneira exclusiva perante o restante da

sociedade, o que legitima seu papel de domínio, e de apropriação da riqueza material produzida por outrem.

Já as sociedades modernas necessitam de uma forma de escolarização massificada. Por um lado, reduz-se o potencial de especialização dos ofícios tipicamente tradicionais. Por outro, o grau de escolaridade requisitado para a participação na indústria e demais atividade a ela relacionadas é expandido para praticamente todo o universo populacional, de modo a se criar uma cultura letrada comum ou “estandardizada”.

Com isso, a estrutura educacional torna-se demasiado grande e cara para ser gerida por qualquer instituição que não o Estado. Ele é também o único com força o suficiente para controlar, de forma eficiente, uma atividade social cuja função torna-se tão importante. Nas palavras do autor, “o Estado é responsável pelo controle de qualidade na mais importantes das indústrias, a manufactura de seres humanos viáveis e utilitários”. (Gellner, 1994). O monopólio da educação legítima teria se tornado mais relevante até do que o monopólio da violência.

Com efeito, para Gellner, a nação, enquanto organização política da sociedade, é eminentemente um fenômeno resultante do processo de transição para a modernidade. É a modernização a responsável por criar as bases sobre as quais se assenta o Estado nacional.

Para a construção de tal organização, por vezes lança-se mão de uma ideologia política, como recurso para a delimitação de fronteiras. Nesse sentido, o nacionalismo emerge como uma reivindicação política ancorada em diferenciações culturais, propiciada pelo desenvolvimento de uma sociedade organizada de maneira igualitária. O nacionalismo se apresenta, assim, mesmo onde a nação ainda está ausente, lutando por uma determinação étnica dos limites estatais.

## **Imaginação Nacional**

A transição para a modernidade lança assim as bases para outra forma de organização política, cuja legitimação se dá de modo diverso. As unidades políticas emergentes são, por um lado, territorialmente mais vastas do que as antigas Cidades-Estado, englobando portanto uma maior diversidade de comunidades locais. “Uma das características óbvias do mundo moderno é o crescimento da escala das unidades sociais e políticas” (Gellner, 1981, p. 43). Por outro lado, a centralização política do aparato estatal implicava uma intromissão muito maior em assuntos regionais, os quais tendiam a ser resolvidos autonomamente pelos impérios multiétnicos em decadência. As nações eram ao mesmo tempo muito grandes, para poderem contar com a identificação do indivíduo com seus companheiros imediatamente à vista, os quais compartilhavam o mesmo destino local, e demasiadamente centralizadoras, para permitirem o florescimento de administrações efetivamente autônomas no interior de seus domínios. A solução passava por um modo de coesão interna simultaneamente abrangente e intensa.

A julgar pelo sucesso em difundir-se por todo o globo, o nacionalismo parece apresentar uma alternativa útil para a questão. De fato, Benedict Anderson inicia seu importante estudo sobre o tema afirmando ser o fator nacional o “mais universalmente legitimado entre os valores da vida política do nosso tempo” (Anderson, 1991, p. 22). Sua importância advém justamente de sua capacidade de sobrepor-se a identidades internacionalistas presentes na sociedade moderna, conseguindo com que as lutas mais importantes travadas no decorrer do século XX se desenrolassem sob a égide das aspirações nacionalistas.

Para definir fenômeno de tal monta, Anderson recorre a um termo usualmente vinculado a formações sociais pré-modernas, a comunidade, e o adjectiva com a idéia de que tais associações dependem de uma projeção mental dos indivíduos. As nações seriam portanto “comunidades políticas imaginadas”, no sentido de que “até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (Anderson, 1991, p. 25).

Tais comunidades porém estariam circunscritas de maneira inescapável a um mundo já permeado pelo advento da modernidade. Anderson dedica parte significativa de seu esforço explicativo para caracterizar o que chama de “capitalismo de imprensa”.

É o surgimento de uma formação social específica, o capitalismo, aliada a um avanço tecnológico revolucionário, o desenvolvimento da imprensa escrita, o que possibilitou o surgimento de laços comunitários entre indivíduos que certamente não se conhecem e nem se conhecerão, mas ainda assim são capazes de compartilhar idéias, valores, e mesmo rituais diários, como o de ler o jornal todos os dias pela manhã. A importância da combinação entre imprensa e capitalismo para o desenvolvimento de novas formas de solidariedade é explicitada se atentarmos para a diferença brutal entre o modo como a escrita era utilizada nos locais aonde primeiro surgiram técnicas para a sua reprodução em objetos, de modo artesanal, e a maneira como é apropriada pelo capitalismo. “Num sentido muito particular, o livro foi a primeira mercadoria industrial de estilo moderno a ser produzida em massa”, posto que “o livro, (...) é um objeto distinto, autônomo, reproduzido com precisão em larga escala. Uma libra de açúcar tem continuidade na seguinte; um livro tem a sua própria eremítica” (Anderson, 1991, pp. 54 e 55).

Esta mercadoria particular, na medida em que se massifica, impacta politicamente de forma decisiva. Isto porque os leitores começam a reconhecerem-se como participantes de uma atividade ritualizada e cada vez mais freqüente, e que é realizada de modo comum. “Gradualmente, ao longo desse processo foram-se apercebendo de que havia centenas de milhares, ou mesmo milhões, de pessoas no seu campo lingüístico particular e, ao mesmo tempo, de que *só essas* centenas de milhares, ou milhões, lhe pertenciam. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados pela imprensa, formavam, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade imaginada em termos nacionais” (Idem, p. 72).

Esta abordagem original possibilita ao autor diferenciar-se dos demais teóricos do nacionalismo, até mesmo na geografia originária do evento. Pretendendo despojar-se de todo e qualquer etnocentrismo, a análise de Anderson aponta o continente americano como o real nascedouro dos movimentos nacionalistas. É a luta pela independência norte-americana, hispânica e brasileira que caracteriza o surgimento das primeiras nações, tomadas como um acontecimento da Era Moderna.

Ao caracterizar os incipientes Estados americanos como berço das comunidades nacionais, Anderson consegue retirar o peso de tradições comuns centenárias como fator determinante para circunscrever uma nação. Afinal, se traços culturais como língua, valores, vestes ou modos à mesa rotulariam grupos nacionais específicos, não haveria como distinguir os soberanos europeus dos crioulos americanos.

De fato, nem mesmo a ascendência poderia então ser invocada. O que diferenciava metropolitanos e crioulos, diferentemente de todos os aspectos culturais que diferenciavam ambos dos ameríndios nativos, era tão somente o local de nascimento. Os primeiros tinham a sorte de terem nascido no velho continente. Já os

últimos haviam sido paridos em territórios colonizados. Este mero acidente, porém, fazia toda a diferença.

Nos Estados Coloniais, as possibilidades de inserção social dos europeus eram praticamente ilimitadas, especialmente no interior do aparato burocrático colonial. Já aos crioulos eram impostas barreiras à ascensão na carreira pública, o que, segundo Anderson, explicaria sua presença como grandes proprietários de terras, provavelmente o ápice social ao qual poderia aspirar um crioulo rico. “Mesmo que tivessem nascido apenas uma semana depois de o seu pai ter emigrado, o nascimento casual nas Américas consignava-os à subordinação – embora, em termos de língua, religião, ascendência ou costumes, pouco os distinguisse dos espanhóis nascidos em Espanha. Nada havia a fazer: eram *irremediavelmente* crioulos. Mas como devia esta exclusão parecer irracional! Não obstante, escondida nessa irracionalidade encontrava-se a seguinte lógica: nascidos nas Américas, não poderiam ser verdadeiros espanhóis; logo, nascidos em Espanha, o peninsulares não poderiam ser verdadeiros americanos” (Anderson, 1991, p. 89).

Dessa feita, compreender-se-ia a um só tempo o caráter elitista das lutas de libertação nacional na América Latina, empreendida por abastados latifundiários e por vezes contrariando a posição das classes menos favorecidas, e o modo como as identidades nacionais eram erigidas no Novo Mundo. Era a experiência de vida compartilhada, simultaneamente como elite social e classe paradoxalmente discriminada, o que estimularia a um engajamento na luta contra o domínio metropolitano. Nos Estados Unidos, a prevalência era de pequenos agricultores, dada à natureza de sua distribuição fundiária. O espírito crioulo, porém, seria semelhante.

Ainda neste sentido, compreende-se então a continuidade das unidades administrativas coloniais como base para os Estados independentes. Pois é a partir de

tais unidades administrativas, a quem era permitida pouco ou nenhum intercâmbio entre pessoas, bens ou informações que não fosse intermediado pela metrópole, que constituíam o horizonte político e territorial sobre o qual se construíam as novas nações.

O desenvolvimento do capitalismo de imprensa, por sua, influenciava na extensão em que se poderiam constituir as nações no novo mundo. A imaginação nacional era, concretamente, limitada pelo desenvolvimento de um mercado editorial comum a todo o continente, a despeito da língua compartilhada. Ao isolamento das unidades administrativas coloniais seguiu-se a independência das sociedades libertas entre si, constituindo cada ex-colônia uma comunidade literária própria, o que teria contribuído para a construção de Estados nacionais independentes.

### **Invenção das Tradições**

As nações modernas reivindicam a sua continuidade com relação aos costumes tradicionais. A permanência de símbolos e signos culturais demonstraria a ancestralidade de uma nação, de modo que os indivíduos poderiam reconhecer, no presente, a ligação de um povo com seu passado. A importância de se estabelecer tal vínculo deu origem ao que historiadores identificaram como sendo a invenção de tradições. “Muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (Hobsbawn, 1997, p.9). A partir da constatação de que as tradições são muitas vezes inventadas, tornou-se possível questionar a maneira como as nações constroem a sua legitimidade perante o mundo.

Efetivamente, as comunidades nacionais apelam a uma história compartilhada por seus membros. No entanto, esta reconstituição do passado não se dá como uma

investigação acerca da realidade empírica, mas como uma busca por elementos que pudessem auxiliar na edificação da nação. Isto é, “as nações reconhecem-se numa história comum, numa glória comum, nos sacrifícios comuns – devemos acrescentar que essa história comum tem geralmente uma realidade muito limitada, geralmente é mais sonhada e construída do que real” (Schulze, 1997, p.105).

O objetivo da invenção torna-se então mais claro. Ao atribuir a ritos ou práticas simbólicas um lugar na história de um grupo social, buscar-se-ia estabelecer a perenidade de tais práticas, e o seu reconhecimento pelo grupo. A tradição inventada, assim, tem por objetivo influir no presente, ao colocarem-se como frutos do passado. “Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawn, 1997, p. 9). A continuidade em relação ao passado é, por sua vez, uma das características mais marcantes assumidas pela questão nacional.

Dessa forma, o ponto a ser destacado pela compreensão da prática de invenção das tradições diz respeito à artificialidade envolta na formação da identidade nacional. A relação com o passado não é recebida por herança, mas intermediada pela invenção de práticas culturais. Ou seja, “na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (Hobsbawn, 1997, p. 10).

Entretanto, este caráter artificial não é propriamente um “defeito” do ideário nacionalista. Trata-se antes de tudo de um atributo inerente à sua condição moderna. Explica-se: é porque as nações e o nacionalismo são um subproduto da modernidade, a despeito de todo o palavrorio em contrário, que se faz necessário inventar formas de conectá-los ao passado. A questão nacional é, nesse sentido, uma força inovadora. Esta

é a condição inescapável “de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação” (Hobsbawn, 1997, p. 22). Porque a nação é moderna ela precisa inventar suas tradições.

O caminho traçado pelo nacionalismo revela-se assim, sob o prisma do modernismo, uma maneira de legitimação política completamente nova. Sua descontinuidade com relação ao passado leva à construção de uma nova identidade, freqüentemente a partir da invenção de práticas, ritos e símbolos culturais. Nesse sentido, sua trajetória é marcada pela inovação. “Le chemin n’est jamais trace, Il faut donc l’inventer” (Michel, 1995, p.12).

### **Nacionalismo e descontinuidade**

Finalmente, o nacionalismo implica assim uma cisão entre a história pré-moderna e as formas de organização social da vida moderna. “Les nation, entedues de cette manière, sont quelque chose d’assez nouveau dans l’histoire” (Renan, 1947. p. 888). Isto posto, a legitimação das comunidades nacionais poderia ser teoricamente questionada, na medida em que se caracterizasse o artificialismo envolto na construção dos Estados nacionais. Se é verdade que o nacionalismo postula a continuidade histórica, ao passo que rompe com as formas tradicionais de vida, poderia ocorrer de o ideário nacionalista, inadvertidamente, entrasse em conflito consigo mesmo, na medida em que fosse assim compreendido pelos seus seguidores.

Nesse ponto, talvez caiba uma velha máxima de Ernest Renan, um dos primeiros teóricos do nacionalismo. “L’oubli, et jê dirai même l’erreur historique, sont un facteur essentiel de la création d’une nation, et c’est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger” (Renan, 1947, p.891). A advertência do autor de que o esquecimento, e mesmo o erro histórico, são fatores essenciais para a criação de uma nação tem, na verdade, outro objetivo. A discussão do escritor referia-se ao papel da violência na origem da formação das comunidades nacionais, ao passo em que estas se apresentavam como entidades naturais, quase idílicas, as quais expressavam a essência de um povo.

Renan argumentava que, tão importante quanto lembrar os vínculos de ancestralidade que nos ligam a uma nação, seria esquecer todos os eventos sangrentos e as injustiças que, inevitavelmente, marcam a história de qualquer nação. O progresso dos estudos históricos, nesse sentido, poderia colocar em xeque a coesão da comunidade, afinal o objetivo último a ser alcançado pelo nacionalismo.

Todavia, talvez seja possível estender a compreensão do autor para questionamentos os quais não eram centrais para a discussão em sua época, mas que se tornaram essenciais para o debate presente. Se é verdade que o nacionalismo tem como uma de suas contrapartes mais assíduas a invenção das tradições, parece claro que a investigação histórica poderia, concretamente, exercer algum tipo de dano, mesmo que limitado, à manutenção e reprodução do ideário nacionalista.

Ao mesmo tempo, a descoberta de novos fatos históricos, ou a reinterpretção daqueles já conhecidos, tenderia a exercer algum impacto sobre o modo como compreendemos a continuidade entre nossos supostos antepassados e a vida em comum imaginada cotidianamente por todos os nossos concidadãos.

Com efeito, a natureza da legitimação nacionalista é distinta daquela dos estudos históricos ou, mais contemporaneamente, da ciência histórica. De fato, o nacionalismo reivindica abertamente a descendência dos atuais Estados nacionais por parte das comunidades étnicas do passado, as quais supostamente habitariam um território correspondente hoje às nações modernas. Não é toda a sua legitimidade, porém, que advém daí. Os fenômenos políticos têm sua explicação dentre um conjunto de fatores históricos, sendo a legitimação da ação política por motivos culturais uma entre as muitas possíveis. A correspondência entre um grupo étnico do passado e um movimento político do presente pode ser útil, se os atores envolvidos assim considerarem no momento, e se houver um ambiente propício para tanto. Do contrário, caberá aos agentes políticos buscar alternativas para legitimar-se. A criação de vínculos onde estes inexistem ou são muito tênues é uma das opções, provavelmente uma das mais comuns. Procurar o crivo da ciência histórica para a atuação política, por sua vez, nem sempre pode ser uma boa opção. Na realidade, “faire reposer la politique sur l’analyse ethnographique, c’est la faire porter sur une chimère” (Renan, 1947, p. 896). A investigação acerca das raízes etnográficas de uma comunidade nacional possui certamente um componente inerentemente político, tanto mais porque o que se busca são subsídios para as contendas políticas do presente, em especial no que se refere a chancela do passado para as práticas atuais. No entanto, não devemos superestimar a procura por laços de continuidade com relação aos antepassados de um grupo nacional, posto que mais do que uma ascendência sangüínea o que está em jogo é uma valorização da vida em sociedade contemporânea.

A perspectiva modernista, ainda que dominante, não reina absoluta entre as teorias sobre a questão nacional. Na parte seguinte do trabalho, devemos nos debruçar sobre interpretações alternativas frente ao problema.

### **Capítulo III - Nacionalismo e a Tradição**

Mesmo majoritária no campo da discussão sobre nação e nacionalismo, a perspectiva modernista está longe de ser unânime. Mesmo assim, via de regra, reconhece-se atualmente a importância de se encarar a emergência do assim chamado “caráter nacional” a partir de sua inserção em um contexto histórico delimitado, ao menos no campo das ciências humanas. Tentativas de encontrar o caráter distintivo de populações humanas por meio de características “ínatas”, inerentes aos povos em questão, tendem a aproximar-se mais de outros campos científicos

Por outro lado, os teóricos modernistas são por vezes acusados de darem pouca atenção para a importância das tradições comuns de um povo para a construção de uma comunidade nacional. Ao entenderem o legado histórico do passado como um material maleável, que pode ser manipulado, inventado e reconstruído ao bel-prazer de interesses de ocasião, estaria se deixando de compreender, no fim das contas, os reais motivos que levariam o sentimento de pertencimento a uma nação como algo tão forte, capaz de sobrepor-se aos interesses pessoais e ao próprio instinto de sobrevivência de um indivíduo.

Como contraponto a tal visão, seria importante entender o modo como se torna possível ao nacionalismo estabelecer vínculos entre uma doutrina e um movimento político do presente e fatos, eventos e símbolos do passado. Por conseguinte, teorias apresentadas como opostas ao enfoque modernista procuram enfatizar o que há de continuidade entre a vida social dos povos em um contexto pré-moderno e o tipo de formação social e política adotada posteriormente no âmbito de um mundo já modernizado. A partir disso, busca-se inclusive uma resposta para outra questão

negligenciada pelos modernistas, a saber, a razão por que determinadas culturas constituem comunidades nacionais, enquanto outras, aparentemente similares, jazem sepultas no campo do passado, incapazes de legar um caráter nacional para as futuras gerações. A razão, acredita-se, residiria na qualidade dos mitos, símbolos e memórias históricas comuns, disponíveis para forjar-se uma identidade nacional própria a determinado grupo.

### **Antecedentes Primordialistas**

Vimos que a percepção de que a reivindicação nacionalista resgata o caráter de um povo incrustado em sua tradição perpassava o ideário dos primeiros textos dedicados ao tema. E não era por acaso: de início, os pensadores que davam maior crédito e atenção ao assunto eram justamente os seus entusiastas. Tanto liberais como socialistas, por exemplo, acreditavam que a miríade de Estados nacionais pudesse ser futuramente superada, em favor de um projeto cosmopolita ou internacionalista, superior a um mundo de nações. Além disso, antes de tornar-se um vocábulo universalmente difundido, mais do que o nacionalismo, por assim dizer, sem adjetivos, existiam os nacionalismos dos diferentes países. Para fora da Europa e de suas colônias americanas rebeldes, tornava-se difícil se pensar em comunidades nacionais, dada a ausência dos conceitos de soberania popular e inviolabilidade territorial, inerentes ao tema. Tal fato era então computado como “atraso” ou falta de civilização por parte dos povos orientais.

Desse modo, as teorias legitimavam a existência das nações enquanto herdeiras do passado de um povo. Essa forma de interpretação do nacionalismo, e de seu papel na formação das nações, possuía um vínculo estreito com a atividade política dos

intelectuais do final do século XVII e início do século XVIII. Essa difusão inicial do ideário nacionalista acabou por constituir, por si mesmo, um modo de compreender as nações e o nacionalismo, posteriormente questionado pelo paradigma modernista. Em um trabalho relativamente recente, o historiador Anthony D. Smith qualifica esta imagem primeira acerca do que seja o nacionalismo como uma versão “orgânica”. Segundo o autor, “the oldest paradigm of nations and nationalism, the one against which modernism has always battled, is the nationalist. Or rather, one version of the nationalist ideology, the organic version” (Smith, 1998, p. 146).

O adjetivo “orgânico” procura chamar atenção para o vínculo de ancestralidade atribuído às nações. Estas seriam unidades naturalmente presentes na história de um povo, devendo apenas ser recobradas pelo esforço dos seus ideólogos. Caracterizadas desse modo, o caráter nacional passa a prefigurar na vida dos povos como uma essência espiritual, e portanto anterior à própria construção pelos indivíduos, e empiricamente observada, das nações. Tal parece ser o cerne da visão primordialista. “Organic nationalism holds that the world consists of natural nations, and has always done so; that nations are the bedrock of history and the chief actors in the historical drama; that nations and their characters are organisms that can be easily ascertained by their cultural differentiae; that the members of nations may, and frequently have, lost their national self-consciousness along with their independence; and that the duty of nationalists is to restore that self-consciousness and independence to the ‘reawakened’ organic nation” (Smith, 1998, p. 146)

Com efeito, para além da argumentação dos entusiastas do nacionalismo, que chamavam a atenção para o fato de o mundo apresentar-se como um mundo dividido por nações, buscavam-se as evidências empíricas que demonstrassem a antiguidade das tradições de cada comunidade nacional, e que portanto a diferenciava das demais, na

medida em que era dotada de uma trajetória singular. Caberia demonstrar então, historicamente, a continuidade das nações

### **Perenialismo e continuidade étnica**

A delimitação das fronteiras nacionais relaciona-se necessariamente com os contornos atribuídos às comunidades localmente divididas. Isto é, a existência das nações, e sua têmpera para reivindicar o direito político de sobrevivência como ente coletivo, passa certamente por sua aptidão para apresentar-se como um grupo dotado de um passado comum. Nesse ponto, não é preciso que se encare forçosamente a nação como um ente espiritual, cuja essência é em certo sentido superior ao indivíduo, na medida em que se mostra como o real protagonista da história. Apesar da proximidade das perspectivas essencialista e perenialista, é possível estabelecer aqui um limite: aos perenialistas, o que realmente está em jogo é o caráter contínuo e recorrente das comunidades nacionais ao longo da história de um povo. A antiguidade histórica, mesmo quando não molda o espírito de um povo, lança as bases para a formação de uma organização social e política. “Broadly speaking, it refers to the historical antiquity of the type of social and political organization known as the ‘nation’, its immemorial or perennial character.” (Smith, 1998, p. 159). O apelo a uma ancestralidade remota faria parte da construção de todas as nações europeias, e parte fundamental do discurso político em favor da emancipação de comunidades nacionais submetidas ao domínio de elites estrangeiras.

A discussão filosófica passa então a ser acompanhada pela averiguação histórica. O caráter nacional deveria não somente ser compreendido em sua singularidade, mas também ser investigado em sua manifestação concreta. “Nos séculos

XVI e XVII, os estudos dos historiadores visavam em primeiro lugar o estabelecimento e o reforço da identidade de cada nação” (Schulze, 1997, p. 133).

A definição mais elementar do que seja um movimento nacionalista, e de como este buscaria constituir uma nação, enfim, do que estaria em jogo quando nos referimos à “questão nacional”, seria a luta por determinar toda comunidade política a partir de critérios étnicos e lingüísticos que, se certamente são historicamente determinados, seriam por outro lado facilmente identificáveis. Isto é, se nenhum historiador seria hoje ingênuo o suficiente para supor as nações como entidades “naturais” (muito embora isso possa ter ocorrido entre os historiadores do passado, e possa ocorrer hoje em dia entre os ideólogos nacionalistas remanescentes), assume-se que as condições históricas, por circunstanciais que sejam, de fato recobrem os grupos humanos com elementos discerníveis o bastante para a fragmentação da humanidade em nacionalidades diversas.

Para além das características identitárias com as quais a história se encarregaria de dotar as distintas nacionalidades, estas também se empenhariam em cultivar objetos e símbolos capazes de sedimentar tais diferenciações. “O nacionalismo é um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como ‘diferente’ dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, no passado, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar as pessoas” (GUIBERNAU, 1997, p. 52).

Nesse campo, porém, o perenialismo debatia-se com evidências empíricas contrastantes com a tese de continuidade imemorial das nações, apesar de parecer plausível supor a persistência de elementos tradicionais no interior de Estados nacionais. As nações não deveriam assim ser encaradas como uma novidade integral no terreno da mudança social rumo à modernidade. Elas eram, antes, comunidades

fortemente assentadas em aspectos tradicionais da vida social, ainda que agora apresentadas sob novo rótulo. Isto é, “enquanto comunidades totalmente ancoradas nos sentimentos colectivos, as nações existiram muito antes de terem sido baptizadas como tal – sob a forma de comunidades lingüísticas, de tradição ou de combate, aspirando à duração mas prometendo-a também”. (Schulze, 1997, p. 119)

A crítica modernista, porém, era consistente. A partir do século XX, cada vez menos autores arriscam-se a argumentar seriamente a favor da presença do “espírito” da nação. O impacto dos acontecimentos empíricos também não foi desprezível: o apogeu da Era das Nações trouxe consigo os horrores da guerra, da opressão em nome do nacionalismo e da limpeza étnica, em escala nunca antes observada (o extermínio de populações inteiras, por sinal, parece ser uma invenção da época). A visão romantizada da comunidade nacional, como portadora da alma de um povo, perdera a inocência. A maior parte das críticas que se seguiram eram cada vez mais cétricas quanto aos benefícios advindos de um estímulo ao fortalecimento das identidades nacionais, agora vistas com muito mais desconfiança.

Os avanços das pesquisas históricas, especialmente na segunda metade do século XX, também contribuíram para desmistificar a “autenticidade” das comunidades nacionais. Por um lado, apontava-se o carácter em certa medida artificial dos Estados nacionais, mesmo onde poderia se supor um lastro cultural mais sólido devido à maior presença de traços de civilizações mais antigas, como na Europa. “As histórias das nações europeias foram mais construídas do que reconstituídas, tanto mais quanto a continuidade histórica real tinha lacunas” (Schulze, 1997, p. 175). Nos demais continentes, o papel da fusão e da reinterpretação do passado seria ainda mais acentuado, dado o fato de os Estados nacionais serem recentes, e corresponderem via de regra aos limites estabelecidos pelas antigas unidades administrativas coloniais, tal

como ocorrera na América Latina, mas também na África, e mesmo no sudeste asiático (desde Índia e Paquistão até Malásia e Indonésia)

Por outro lado, o caráter plebiscitário da nação atribuído por Renan fora complementado teoricamente pelo papel da imaginação ressaltado por Benedict Anderson. A nação não seria tão bem compreendida como um plebiscito diário, na qual o indivíduo consentiria cotidianamente com a sua existência, por meio de um ato voluntário deliberado. Mas, se ainda compreendia-se como a função principal de uma nação projetar a perpetuação da vivência do indivíduo, através da continuidade da vida em comum, esta seria mais bem entendida como um recurso da imaginação humana, capaz de projetar intelectualmente a realidade de uma comunidade a qual cada um, pessoalmente, é incapaz de conhecer em toda sua extensão. “La première arme du bon nationaliste n’est pas le souvenir, c’est l’imagination” (Michel, 1995, p. 12) é certo que a ênfase nesse aspecto das construções mentais dos indivíduos colocava novos desafios a toda e qualquer perspectiva que se interessasse pela persistência de vínculos herdados do passado no nacionalismo dos dias mais recentes. A maneira como era encarada o papel das tradições haveria de levar em conta todas essas ponderações.

### **Identidade Nacional e Identidade Étnica**

Para elaborar uma argumentação acerca da continuidade das comunidades nacionais, o recurso mais amplamente utilizado é a referência a um conjunto de valores, mitos e memórias compartilhadas por um grupo, mas que ainda não constituiriam o “caráter nacional” em seu estado mais atual. O pressuposto é o de que a constituição da nação, em sua acepção moderna, requer elementos presentes na história de um povo, mesmo que posteriormente estes sejam reconstruídos, reelaborados e mesmo

reconfigurados, de modo a ser forjado o imaginário local a ser apropriado pelo ideário nacionalista. O nacionalismo, nesse sentido, necessita de algum material anteriormente presente no seio da comunidade, por mais que deseje posteriormente manipulá-lo a ponto de melhor enquadrar-se aos intuitos do Estado-Nação. Tal material, concretamente, seria mais bem obtido a partir de uma história compartilhada por um povo.

A chave para a compreensão desse processo residiria na apreensão dos elementos que formam a identidade nacional. Esta por sua vez se constituiria através dos atributos distintivos de um povo, a serem contratados frente ao conjunto de elementos que caracterizam por sua vez um povo diferente. Para tanto, faz-se necessário o resgate de uma forma identitária anterior, pré-moderna, a partir da qual poderá ser construída a identidade nacional. “Por outras palavras, as nações requerem sempre ‘elementos’ étnicos. Estes podem, claro, ser remodelados; são-no muitas vezes. Mas não é possível conceber as nações sem alguns mitos e memórias comuns de um lar territorial” (Smith, 1997, pp. 58, 59). Por identidade étnica, portanto, assume-se o caráter singular de um povo, em circunstâncias anteriores aos processos de reestruturação das identidades coletivas e individuais desencadeados pelas transformações sociais da Era Moderna.

O termo etnia, tomado de empréstimo à Antropologia, parece funcionar bem ao propósito da argumentação. Em geral, considerava-se as comunidades étnicas como aqueles grupos humanos ainda intocados pela modernidade, adeptos de um estilo de vida “tradicional”. Dessa forma, a continuidade dos vínculos comunais é inscritos na própria definição do que constitui a nação. A herança étnica fornece as recordações históricas comuns, os mitos, os símbolos e as tradições, parte de extrema relevância da edificação dos Estados nacionais. Segundo Anthony Smith, a identidade étnica e os

símbolos da comunidade, herdados de um passado pré-moderno, são obscurecidos pela análise modernista, focada excessivamente no que as nações pudessem apresentar de ruptura com o passado pré-moderno. Por sua vez, o autor argumenta sobre a relevância das raízes étnicas como referência para as comunidades nacionais, além da presença de símbolos e memórias compartilhadas para o reconhecimento da identidade de tais comunidades. Seria preciso então adotar uma perspectiva etno-simbolista.

### **Etno-simbolismo e continuidade**

Há dois aspectos na discussão sobre nações e nacionalismo que acabaram por adquirir proeminência em relação às demais questões, a ponto de ser possível dividir as diferentes visões sobre o tema ao destacarmos o posicionamento adotado frente elas. A primeira diz respeito à oposição entre a busca pela “essência” da nação e a caracterização do modo como ela fora artificialmente construída. A outra se refere à antiguidade reivindicada pelas nações, em contraste com a sua forma de organização moderna. Não por acaso, os autores são rotulados como “modernistas”, em alusão a descrição da nação como uma construção própria da modernidade, ou como “primordialistas”, em referência à assimilação do caráter nacional de um povo a partir do resgate de seu passado pré-moderno.

Visto dessa forma, torna-se evidente o entrelaçamento das alternativas, essência X construção e antiguidade X modernismo. De fato, os teóricos primordialistas costumavam identificar a essência de um povo precisamente em seu passado compartilhado, ao passo que a crítica modernista encarregava-se não somente de apregoar que as nações eram fruto do processo de modernização, mas também que haviam sido forjadas para adequar-se a tal fim. O modo como a teoria encarava estas

dicotomias influía decisivamente mesmo na definição do que era a questão nacional. Deste modo, tornara-se adequado separar os autores a partir da fórmula oferecida para equacionar o problema.

É certo, porém, que a visão da nação como uma essência espiritual perdeu muito de seu poder de atração, especialmente entre os historiadores profissionais. Talvez guarde alguma relevância entre círculos filosóficos nos quais o idealismo e o romantismo alemão ainda possuam influência. No entanto, não se trata de um ponto de vista predominante na bibliografia atual. Além disso, a modernidade das nações seria atestada pelo advento de uma nova forma de organização política. A estrutura social certamente alterou-se radicalmente com o advento da modernidade. Ademais, a centralização do poder político nas mãos dos Estados nacionais pode ser entendida não só como sintoma, mas como parte importante deste processo, cujas conseqüências sobre as formas de identidade tradicionais presentes na sociedade não devem ser desprezadas.

Contrariamente a tais considerações, a alternativa desenvolvida por Smith tenta se situar na fronteira entre as posições teóricas conflitantes. Para o autor, é possível distinguir a modernidade da questão nacional de sua suposta artificialidade enquanto construção ideológica. As nações seriam de fato entidades modernas, afinal fazem parte do mundo atual. O mundo das nações é o mundo moderno. Tentar projetar o conceito de nação para épocas anteriores implica recair em anacronismo. Isto porque a nação não requer simplesmente a identificação do Estado com uma etnia determinada, mas sim toda uma forma de organização do poder político na sociedade. Assim, “se por nacionalismo queremos designar ideologias e movimentos que pressupõe um mundo de nações cada uma das quais com um caráter próprio, e um compromisso de fidelidade básico para com a nação, como única fonte de poder político e base da ordem mundial, então teremos dificuldade em encontrar movimentos inspirados em tais ideais nos

mundos antigo e medieval” (Smith, 1997, p. 66). Antes da Era Moderna, podemos encontrar “Estados étnicos”, porém não nações.

Disto, porém, não se segue que as nações sejam entidades desamparadas de qualquer história pregressa, nem tampouco implica a ausência de um lastro da questão nacional na realidade. Para Smith, “nações e nacionalismo não são mais ‘inventadas’ do que outros tipos de cultura, de organização social ou de ideologia”. Inserem-se, assim, no rol de criações coletivas dos homens em sociedade, não sendo mais arbitrárias do que qualquer outra invenção da mente humana.

Mais do que isso, ao atrelarem, como vimos, a identidade nacional à identidade étnica pré-moderna, as comunidades nacionais acabam por adquirir conteúdo relativamente estável, ainda que passível de alguma manipulação. A cultura, enquanto criação do homem, pode ser efetivamente transformada. Contudo, há limites para tanto. O material cultural fornecido pelos grupos étnicos não pode ser forçado indiscriminadamente. De fato, “não devemos exagerar a mutabilidade dos limites étnicos ou a fluidez do seu conteúdo cultural. Fazê-lo seria privarmo-nos da explicação para a recorrência de comunidades e de laços étnicos (para não falar das suas cristalizações originais) e para a sua durabilidade demonstrável, independentemente de alterações culturais ou de limites em casos particulares” (Smith, 1997, p. 41). Esta “recorrência” e “durabilidade” dos laços étnicos, por sua vez, apontariam novamente para a continuidade de aspectos pré-modernos, apresentando-se como aspectos inerentes à construção das nações.

## **Identidade étnica e modernidade**

Smith acaba por conceder às nações a sua modernidade, porém contrapondo a isso a origem étnica que também a acompanha. “Ainda que a nação pareça moderna em muitos aspectos, possui igualmente raízes muito profundas” (Idem, p. 92) por sua vez, tais raízes são de fundamental importância para a formação das nações.

A identidade étnica de uma época pré-moderna fornece, para cada nação, uma maneira de distinguir-se das demais. Não é pouca coisa. Em um mundo povoado por centenas de outras nações, conseguir afirmar uma identidade própria pode ser decisivo para a manutenção de sua relevância no cenário global, ou mesmo para a sua sobrevivência enquanto comunidade independente. São os valores culturais de uma nação a sua razão de existência, e os seus símbolos peculiares o emblema que exprime a o motivo imprescindível de sua perpetuação. Mesmo entre as nações modernas, “a distinção étnica continua a ser uma condição *sine qua non* da nação, e isso significa mitos de linhagem partilhados, memórias históricas comuns, marcadores culturais únicos e um sentido de diferença, se não mesmo de eleição – todos os elementos que demarcaram comunidades étnicas em eras pré-modernas. Na moderna nação estes devem ser preservados, e mesmo cultivados, se a nação não se quiser tornar invisível” (Id, p. 92).

Finalmente, a identidade étnica permite às nações reivindicarem, de maneira convincente, a jurisdição sobre um determinado território. A ligação de um povo a sua terra natal é certamente um dos aspectos mais relevantes para a construção de uma organização como a nação, tanto mais porque se trata de um dos pontos mais visíveis de sua constituição. Deter a soberania sobre um determinado território marca sobremaneira

a existência da nação. Sua presença pode então ser objetivamente observada. Ao passo que, para cada indivíduo, a existência da comunidade passa a relacionar-se com a sua presença em um determinado local, e à perpetuação da história ali construída. “Daí que, a nível subjectivo, a localização da nação dependia de uma interpretação da história étnica, que pressupõe a existência de elos entre as gerações de uma comunidade de história e de destino em determinados locais do planeta. Isto não significa que a nação seja antiga: apenas que, subjectivamente, existem elementos pré-modernos em muitas nações” (Smith, 1997, p. 93).

Pode-se, a partir do exposto, compreender-se o que está em jogo quando Smith conceitua a nação. Dentre os diversos traços que a caracterizariam, são perfilados tanto aspectos de continuidade quanto fatores pertencentes à modernidade. Vejamos: “uma nação, como foi demonstrado, é uma determinada população humana que partilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum, e direitos e deveres legais comuns a todos os membros” (Smith, 1997, p. 58). Estão lá, na definição, os principais pontos levantados pelos modernistas para demonstrar o quanto a nação é uma invenção moderna. Uma cultura pública de massas, a qual se constitui a partir da invenção da imprensa e do seu uso em larga escala pelo “capitalismo de imprensa”, responsável pela difusão da cultura vernácula de cada povo para todos os seus integrantes, tal como relatado por Anderson (1991). Tal cultura também se ressentia em épocas pré-modernas de uma efetiva comunicação entre seus membros, só propiciada pelo desenvolvimento de novas formas de comunicação social, em especial por meio de canais de transmissão de informação e de signos dotados de sentido, facilitados pela modernidade, e elevados a um nível de importância nunca antes visto. (Deutsche, 1966). Também está lá a relevância de uma economia comum, integrada, apontada já por Stuart Mill (1981) como fundamental para a formação de

uma nação, ao criar um mercado interno capaz de unir seus membros em uma relação de interdependência econômica e sustentar a organização política do Estado-Nação, em argumento posteriormente retomado por Hobsbawm (1990). E também os direitos e deveres legais para todos os membros da nação, por meio da extensão dos direitos civis e políticos para as camadas populares e a importância cada vez maior adquirida pela noção de soberania popular, conforme retrata a literatura sobre a construção do Estado-Nação, bem como o registro dos historiadores (Schulze,1997).

Lado a lado com essas características modernas, encontram-se o território, os mitos e as memórias, aspectos que por si só levariam qualquer intelectual nacionalista a advogar a presença da “essência” da nação onde estes fossem observados. Segundo o argumento de Smith, as nações são formadas por povos inseridos em um contexto moderno, mas que lançam mão de símbolos e de alguma identidade pré-moderna para fornecer um sentido para a vida em conjunto. “A função primordial da identidade nacional é, assim, a de proporcionar uma forte ‘comunidade de história e de destino’” (Smith, 1997, p. 197). História e destino, portanto, ligam-se fortemente a uma identidade étnica.

### **Nações criadas e história étnica**

A argumentação do etno-simbolismo proposta pelo autor chama a atenção para o papel desempenhado por identidades pré-modernas, e o material cultural até então existente, na formação das nações, mesmo em um cenário dominado por organizações políticas modernas. Tal perspectiva, de início, parece se encaixar mais adequadamente ao desenvolvimento das nações no continente europeu, aonde a correspondência entre povos habitando determinados territórios na Idade Média (ou mesmo na Antiguidade) e

a reivindicação dos Estados nacionais contemporâneos gozara de algum crédito. Afinal, os Estados nacionais alegavam ocupar os mesmos limites geográficos habitados pelos antepassados de seu povo, legitimando assim o estabelecimento de um elo entre a nação e o território por ela ocupado.

No entanto, entre as nações localizadas fora dos limites estabelecidos pela civilização ocidental a trajetória de ascensão tende a ser um pouco diversa. As raízes étnicas encontram-se por vezes dispersas pelo território de mais de uma nação, enquanto os Estados pós-coloniais tendem a agrupar grupos historicamente separados, ou mesmo rivais. Adquire maior importância, nesse contexto, a construção de uma identidade nacional para além das identidades étnicas pré-existentes. Nesse sentido, “nos exemplos não ocidentais de formação de nações, o elemento especificamente nacionalista, enquanto movimento ideológico, assume maior importância. Essa importância, e daí o papel da ‘invenção’ e da ‘construção’ na formação da identidade nacional, varia consideravelmente, dependendo em grande parte da configuração étnica local preexistente” (Smith, 1991, p. 127). Em conjunturas específicas, portanto, os elementos de invenção e de construção podem assumir maior importância, em contraposição à identidade étnica anterior.

Na maior parte dos casos, o tipo de nacionalismo ali florescente constitui-se em oposição ao domínio colonial estrangeiro. Nesse sentido, o anti-colonialismo fornece, ele próprio, as bases para a formação de uma nova identidade nacional, em contraposição tanto à invasão externa que oprime os habitantes da colônia quanto às identidades étnicas anteriores, enxergadas agora com desconfiança devido ao seu potencial separatista com relação à nova nação.

Tal situação, contudo, somente viria a comprovar a importância das identidades étnicas pré-modernas para a constituição de uma nova entidade política viável. Os

conflitos étnicos no interior do Estado se dão precisamente porque este é incapaz de se legitimar a partir de uma única raiz étnica, recaindo na tentação de exercer o predomínio de uma etnia sobre a outra. No mais, as invenções e construções modernas realizadas pelo Estado são, em geral, alternativas para a substituição da mitologia étnica fadadas ao fracasso. Efetivamente, “o fato de muitos destes estados de etnias dominantes encontrarem feroz oposição por parte de minorias étnicas dentro do estado revela o fracasso da ‘invenção’ de uma nova mitologia e cultura política, capaz de abranger ou de transcender as identidades étnicas, quer da etnia minoritária, quer da dominante, numa altura em que o nacionalismo étnico mobiliza as comunidades demóticas periféricas e lhes dá uma nova e auto-consciente agressividade política” (Smith, 1991, p. 143).

Assim, os Estados étnicos pós-coloniais, cujas fronteiras foram herdadas das antigas unidades administrativas da metrópole, sofrem para conseguirem se legitimar a partir de uma cultura nova, formada justamente na oposição às antigas metrópoles. A opção pela adoção de uma cultura única, a partir da eleição para o Estado de uma identidade étnica predominante também parece dar poucos frutos. De fato, tais parecem ser os principais problemas pelos quais atravessam essas novas nações. Segundo Smith, “os registros feitos até a data não confirmam a opinião de que tais ‘criações’ territoriais possuem os recursos e a estabilidade, para não falar da capacidade, para fornecer culturas políticas aceitáveis que transcendam o etnicismo, ou para obter legitimidade para a cultura e o domínio político da comunidade étnica dominante” (Smith, 1991, p. 143). O sucesso de tais nações, especialmente as localizadas na África, ainda está para ser comprovado.

## Críticas ao modernismo

Smith está ele próprio ciente da importância adquirida pela tese adversária, na qual o nacionalismo é entendido como um subproduto da modernidade. Por isso mesmo, procura compreender os argumentos modernistas e demonstrar suas supostas limitações. Já na introdução de *Nationalism and Modernism*, descreve a percepção da maior parte dos teóricos sobre o assunto: “historians may differ over the exact moment of nationalism’s birth, but social scientists are clear: nationalism is a modern movement and ideology, which emerged in the latter half of the eighteenth century in Western Europe and America, and which, after its apogee in two world wars, is now beginning to decline and give way to global forces which transcend the boundaries of nation-states” (Smith, 1998, p.1). A perspectiva modernista não só desprezaria a importância das identidades étnicas pré-modernas para a constituição do nacionalismo como, ao concebê-lo como algo desenraizado do histórico cultural de um povo, trata-o por vezes como fenômeno passageiro, prestes a ser ultrapassado por outras forças políticas mais bem sintonizadas com a marcha da história.

Em contraposição à argumentação de que o nacionalismo seria algo desprovido de continuidade com o passado pré-moderno, o autor retoma uma discussão acerca da obra de Benjamin West. No quadro *The Death of General Wolfe*, o pintor retratara a conquista de uma província americana pelas tropas britânicas, em 1759. “Perhaps, West is telling us, heroic self-sacrifice for king and country is as much ancient as it is modern, and that the nationalism which was already evident, and was to flourish so widely in the next two centuries, is merely a recent version of something far older?” (Smith, 1998, p.p. x, xi). A ideia de recorrência do nacionalismo se contrapõe a ideia de

ruptura com o passado postulada pelo modernismo. Nesse caso, a continuidade não seria observada com relação a uma identidade étnica específica, servindo como base para a formação de uma identidade nacional em especial. Antes, é o fenômeno do nacionalismo, enquanto acontecimento social, que se repete ao longo da história, ao menos em suas características principais, como auto-sacrifício do indivíduo pela nação, e em diferentes localidades.

Ademais, Smith argumenta ser preciso relativizar o caráter de invenção atribuído ao nacionalismo. Para além do fato de a nacionalidade ser parte da cultura de um povo, e nesse sentido não ser mais artificial do que qualquer outra criação do homem, o autor também aponta que a utilização pelos nacionalistas de elementos culturais inventados, como sinais ou emblemas, não implica a arbitrariedade da lógica nacional. Isto é, “the cultural shreds and patches used by nationalism are often arbitrary historical inventions. Any old shred and patch would have served as well. But in no way does it follow that the principle of nationalism, as opposed to the avatars it happens to pick up for its incarnations, is itself in the least contingent and accidental” (Smith, 1998, p. 34). O princípio do nacionalismo, portanto, se fundamenta na continuidade entre a identidade étnica e a identidade nacional, a despeito dos objetos empíricos, muitas vezes forjados, por meio dos quais essa perenidade é simbolizada.

Smith argumenta ainda que a invenção das tradições não seria algo inerente ao nacionalismo. Pelo contrário, a crítica de Hobsbawn às tradições refletiria muito mais a constatação da fluidez inerente à modernidade, do que as limitações da ideologia nacionalista. Afinal, “Hobsbawn does not deny the importance of old traditions adapting to meet new needs (...) nor does he deny that traditions have been ‘invented’ in past ages. What he claims is that is the modern age, because it has seen such rapid change,

where one would expect to find the ‘invention of tradition’ occurring most frequently” (Smith, 1998, 118).

Por fim, a nação não deve ser tratada como uma abstração intelectual, a qual se imagina um pertencimento de modo indireto. Ao contrário, ela é sentida de maneira intensa e constante. “The concept of the nation, then, is not only an abstraction and invention, as is so often claimed. It is also felt, and felt passionately, as something very real, a concrete community, in which we may find some assurance of our own identity and even, through our descendants, of our immortality (Smith, 1998, p. 104). Nossa identidade, e mesmo nossa imortalidade, são atributos fundamentais propiciados pela pertença a uma nação, e legitima sua importância mesmo em contextos de rápidas transformações sociais e políticas.

### **Origem nacional**

Desde os seus primeiros desenvolvimentos, o nacionalismo sempre pretendeu remeter à origem das comunidades no interior das quais surgia. A questão nacional interessa-se sobretudo pelos destinos dos homens, e para tanto, também as suas origens são de suma relevância. De fato, ”como a filologia poderia sugerir, o primeiro significado da palavra ‘nação’ indica origem e descendência: ‘naissance, extraction, rang’” (Hobsbawn, 1990, p. 28). Descendência, por sua vez, implica não só continuidade com relação ao passado, mas uma perspectiva de perpetuação da vida (no caso do nacionalismo, da vida social) em direção ao futuro.

Não por acaso, a força de valores e tradições se encontra tão vigente como no interior dos inflamados discursos nacionalistas. O “caráter nacional” aponta não somente para o passado, mas também indica regras úteis para serem observadas no

presente, quiçá no futuro. A perspectiva de continuidade do nacionalismo com relação às tradições de um povo em tempos pré-modernos, seja por meio do entendimento um tanto místico da “essência” da nação, seja por meio da identificação de uma identidade étnica e de símbolos pré-modernos que serão de extrema relevância para a formação de uma identidade nacional em um contexto moderno, parece acertar em chamar a atenção para o peso que certas tradições podem assumir no âmbito do surgimento dos Estados nacionais. De fato, se é verdade que os artefatos culturais humanos possuem inevitavelmente a sua historicidade, também é fato que o passado pré-moderno faz, ele próprio, parte da história social humana, não devendo ser simplesmente descartado por ter sido posteriormente confrontado com o processo transformador da modernização. Certamente, ocorrerão impactos sobre o que antes se imaginava sólido e imutável. Nem sempre, porém, a condenação ao desaparecimento se mostra passível de cumprimento.

No capítulo seguinte, nos propomos a discutir as oposições estabelecidas por perspectivas diferentes de interpretação da questão nacional, identificando possíveis semelhanças e dessemelhanças. Além disso, buscamos refletir sobre questionamentos possíveis frente ao problema da nação e do nacionalismo tal como aparece na literatura atual, acrescentando algumas considerações que pensamos relevantes sobre o assunto.

## Capítulo IV - Tradição e Modernidade

As diferentes interpretações acerca da questão nacional podem ser adequadamente agrupadas tendo-se como referência a forma como encaram a relação entre a emergência das nações e do nacionalismo e a transição para a modernidade. Como vimos, trata-se não tanto de identificar semelhanças e diferenças entre a organização política atual e seus antepassados medievais e antigos, mas sim de conceber a formação das nações a partir de uma continuidade entre estas e modos de identificação cultural pré-modernos ou, pelo contrário, postular a ruptura entre as nações modernas e a tradição.

Com efeito, o caráter atribuído ao nacionalismo, enquanto construção humana, também adquiriu grande importância. Por um lado, as tradições de um povo podem ser compreendidas como invenções criadas recentemente, com o intuito deliberado de legitimar as práticas sociais vigentes, ao buscar-se a chancela do passado. Por outro lado, pode-se ao invés disso atribuir aos costumes o status de reconstituições históricas do passado, mesmo que imperfeitas em sua tentativa de reproduzir fielmente o que se passou antes (ademais, como toda e qualquer reconstituição). Apesar de tal oposição, primordialistas e etno-simbolistas, de um lado, e modernistas, de outro, trazem contribuições relevantes para a compreensão da forma como se desenvolveu as nações e o nacionalismo, de modo que tentaremos nesta última parte recuperar o esforço realizado pelas diferentes perspectivas teóricas, sugerindo algumas aproximações e afastamentos possíveis, bem como algumas ponderações que julgamos serem pertinentes para nossa intenção de contribuir para a discussão.

A visão modernista, como vimos, esforça-se em descrever o nacionalismo como algo distinto daquilo que é identificado pelos próprios nacionalistas como essencial, a saber, a sua identificação com o passado. Assim, o esforço está concentrado justamente em mostrar o nacionalismo como algo diferente do que é apresentado pelo seu discurso apologético, clamante pela recuperação de uma força tradicional há muito perdida. “Ora, o nacionalismo *não* é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado” (GELLNER, 1993, p. 77). A oposição entre o modo como o nacionalismo se apresenta e as circunstâncias concretas nas quais ele se manifesta efetivamente indica a necessidade de afastamento entre a teoria e o discurso nacionalista. Seria tal discurso, porém, desprovido de qualquer relação com a realidade?

Para Gellner, longe de representar o despertar de unidades míticas, o nacionalismo é a cristalização de novas unidades políticas, mais adequadas às condições sociais modernas. “O nacionalismo não é aquilo que parece e, sobretudo, não é aquilo que parece ser a si próprio. As culturas que diz defender e reivindicar são muitas vezes por ele inventadas ou alteradas de modo a ficarem irreconhecíveis” (GELLNER, 1993, p. 89). Nesse ponto, o nacionalismo aparece como anterior à própria cultura que ele próprio advoga

Por sua vez, a sociedade moderna é o oposto do ideal de vida pregado pelo nacionalismo, por mais que este faça uso de uma suposta cultura popular. “Nationalism is a phenomenon of *Gesellschaft* using the idiom of *Gemeinschaft*: a mobile anonymous society simulating a closed cosy community” (GELLNER, 1997, 74). O idioma utilizado é um, porém a realidade que lhe dá suporte é outra. Cabe notar que,

aparentemente, tal utilização da *Gemeinschaft* por um fenômeno identificado como pertinente à modernidade não é, de forma alguma, uma trivialidade. Trata-se de algo constitutivo da presença do nacionalismo no mundo, o qual por vezes não se dá a devida atenção.

### **Nacionalismo e Contradição**

Tal questão só pode ser bem compreendida se assumirmos o caráter manifestamente contraditório do nacionalismo.

Por um lado, a construção de um Estado nacional, objetivo da luta nacionalista, é o ápice de modernidade a ser aspirado por uma organização política. Nesse sentido a construção das nações apresenta-se mais do que como um mero sintoma do processo de modernização social, mas é ele próprio tal processo. E isso em sua faceta mais poderosa, a da centralização de todo o poder de coerção física disponível na sociedade, paralelamente à inclusão de todo e qualquer habitante de um determinado território sob os ditames especiais de tal poder. Seu impulso inicial, inclusive, é pela quebra das tradições então predominantes. Uma das interpretações pioneiras acerca do papel do nacionalismo já acentuava o seu caráter potencialmente transformador, chamando atenção para o contraste entre o mundo das nações e a ordem social anterior. Afinal, “em seu início, o nacionalismo arrebenta os grilhões da tradição (o que Jefferson chamava de ‘superstição monástica’) ou de uma ordem social obsoleta e limitadora” (Kohn, 1963, p. 24).

Por outro lado, a reivindicação de emancipação nacional requer invariavelmente um apelo às origens comuns às quais estão vinculados de forma unívoca os indivíduos pertencentes à comunidade. “The nation, then, as concept and ideal formation, is

historically firmly embedded; and so, in varying degrees, are its most influential and successful exemplars” (Smith, 1998, p.195).

Trata-se, evidentemente, de uma ancestralidade atribuída *a posteriori*. Isto não a torna, entretanto, dispensável. Muito pelo contrário. A necessidade de demonstrar a antigüidade do vínculo nacional é tão grande que, inexistindo indícios comprobatórios, estes precisam ser imediatamente forjados. De fato, “mesmo quando uma futura nação não ostentava quaisquer antecedentes étnicos importantes e quando todos os laços étnicos eram vagos ou fabricados, a necessidade de forjar, a partir de quaisquer componentes culturais disponíveis, uma mitologia e um simbolismo coerentes de uma comunidade de história e cultura tornou-se por todo o lado suprema, como condição de sobrevivência e unidade nacional” (Smith, 1991, p.61). Por outros termos, a invenção da tradição comprova a necessidade da continuidade com o passado.

Que a aparência contradiga a essência não torna a primeira menos efetiva. Os ritos e símbolos comuns, identificados como invenções pelos historiadores, são tão necessários ao nacionalismo quanto à estrutura social moderna que lhe dá impulso. Tradição e modernidade são encerradas no mesmo fenômeno, de modo que uma simultaneamente afirma e nega a outra.

Chegamos finalmente a um ponto em que o problema da sobrevivência de certas comunidades nacionais, e o malogro de outras, pode ser mais bem delimitado. Pois é justamente o caráter contraditoriamente moderno e pré-moderno que deve assegurar o êxito da comunidade nacional em organizar-se em torno de um aparato estatal. É o rompimento com o passado, marcadamente com sua estrutura social, aliada a permanência deste, por meio da reivindicação de ancestralidade da organização política, o que possibilita à nação constituir-se de maneira efetiva.

Alguma pista nesse sentido, já nos era indicada pela forma como a permanência do passado aparecia na mente dos indivíduos. “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Afinal, é precisamente quando se defrontam com a transformação, que os povos sentem necessidade de apelar a um passado que lhes proporcione alguma segurança. Isto é, “justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa roupagem emprestada” (MARX, 1974, p.335).

Revolucionar-se a si mesmo e as coisas ao seu redor é justamente o projeto de modernidade, ao menos em seu florescer. De tal sorte que os termos revolução e modernidade puderam, em algum momento, ser tomados como um só, enquanto projeto de sociedade. Isto é, os traços mais marcantes do advento do mundo moderno manifestam-se pela transformação radical de toda a estrutura social. Não por acaso tomamos como marcos desse período eventos como a Revolução Francesa, no âmbito político, e a Revolução Industrial, no plano econômico.

Se, para levar a cabo a tarefa de revolucionar a realidade é preciso apelar ao passado, talvez não caiba questionar se este é inventado ou não. Ao mesmo tempo, não seria possível determinar se os laços que forjaram a união de todos os indivíduos pertencentes a uma sociedade política em uma mesma “comunidade imaginada” são modernos ou pré-modernos.

De fato, pode ser que estejamos diante de outro tipo de fenômeno. O caráter moderno da questão nacional manifesta ao mesmo tempo a sua incapacidade de desvencilhar-se de sua reivindicação a uma ancestralidade comum. De outra feita, trata-

se precisamente de um presente que precisa, por definição, diferenciar-se com relação ao passado, mas é simultaneamente impensável sem a existência e sem estabelecer uma conexão com o tempo anterior. “por ser este todo, cada uno está mediado consigo *por su otro*, y lo *contiene*. Pero está también mediado consigo por el *no-ser de su otro*; así es unidad que existe por sí y *excluye* de sí al otro” (HEGEL, 1993).

Nesse caso, a viabilidade ou não de uma determinada nação passaria por condicionantes outros aos tão somente econômico ou militar. Se para tomar parte no processo de modernização deve-se revestir-se com as vestes daqueles há muito já tombados, forjar uma nação implica, por conseguinte, incluir em seu projeto de modernidade o que outrora foi o cerne da sociedade ancestral. E, inversamente, apresentar-se como uma doutrina comunal sólida, só possui chance de florescimento, em um universo tomado pela modernidade, se este conseguir efetivamente não só negá-la, mas, a despeito disso, promovê-la.

A idéia de contradição poderá ser útil se nos auxiliar a entender a existência concreta de fatos opostos, que de outra feita nos seriam ininteligíveis.

Acreditamos que poderíamos ousar delinear ao menos um esboço para o que deveria ser um conceito útil de nacionalismo. De toda a discussão precedente, depreende-se a existência do nacionalismo enquanto uma invenção da modernidade, bem como a presença dos laços que o conectam à vida pré-moderna. O nacionalismo pode bem ser definido desta forma, como um projeto político moderno que remete ao passado pré-moderno.

O conceito de nacionalismo deve conter em si mesmo tanto o passado como o futuro de uma comunidade imaginada. É a luta por construir uma organização política moderna (o Estado) sobre a base de origens tradicionais, inventadas ou não, anteriores à modernidade. Sua legitimação se dá na medida em que consegue conectar o projeto

moderno às tradições da comunidade. Ou seja: a razão da importância do nacionalismo no decorrer dos séculos XIX e XX reside em sua capacidade de transpor o ideário tradicionalista a uma forma de socialização em constante mudança. Todo o choque e a dissolução de vínculos inerentes ao processo de modernização, tão bem descritos pela literatura sociológica, adquirem um sentido especial quando amarrados às vestes tradicionais da nação. Daí a necessidade de apelar-se para a invenção das tradições. “Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (Hobsbawn, 1997, p. 10).

### **Para além do nacionalismo?**

Nesse ponto, é possível vislumbrar algo sobre nossa discussão inicial, referente à crise do Estado nacional. O motivo de sua persistência reside menos em uma eventual retomada de um sistema internacional baseado na soberania das nações, ou em uma reviravolta em sua capacidade de regulação da economia global (efetivamente, parece haver poucos indícios nesse sentido). Porém, o nacionalismo persiste enquanto for a alternativa mais viável para a institucionalização da modernidade sob a égide de um passado comunal.

Disto não se deduz que a nação é a alternativa final para a institucionalização da política. Tão somente, as tentativas de superação do Estado-Nação serão tanto mais bem sucedidas quanto mais fortemente sua promessa de modernização (ou de seu aprofundamento) econômica, política ou social atrelar-se às origens compartilhadas. Os blocos político-econômicos tornar-se-ão tanto mais vigorosos quanto maior a capacidade de tais organismos em aliar sua roupagem visionária (como a formação

econômica, a instituição política ou a sociedade do futuro) às raízes comuns de todos os seus membros (efetivas, supostas, ou inventadas).

Retomando Benedict Anderson, as nações são comunidades imaginadas. Comunidades, porque todos os seus membros são ligados entre si, por vínculos de solidariedade que subsistem em situações as mais diversas. São elos que unem um indivíduo ao seu grupo. E imaginadas porque, em sociedades de um, dez ou cem milhões de pessoas, é empiricamente impossível conhecermos todos os seres aos quais estamos ligados por tais vínculos.

Caberia acrescentar: trata-se de uma comunidade que é imaginada, temporalmente, em dois sentidos. Em direção ao passado, imaginamos as nações constituídas a partir de nosso elo com antepassados comuns, os quais compartilhavam a vida em sociedade, tal qual hoje nós também fazemos. E é uma comunidade imaginada em direção ao futuro, pois projetamos o destino de todo de toda nossa vida em comum em uma instituição apta a sobreviver às inconstâncias do mundo moderno. Isto propiciou o seu surgimento e sobrevivência. “Numa época de desenraizamento e de perda de identidade, de ruína do passado e de euforia do futuro, a idéia da Nação oferecia três elementos essenciais: objectivo, comunidade e transcendência” (Schulze, 1997, p. 161). Enquanto a comunidade aponta para um passado comum, o objetivo indica os rumos para o futuro, enquanto a transcendência atende ao apetite por continuidade na vida humana.

Se for ofertada aos seres humanos a construção de outra instituição na qual tradição e modernidade possam figurar de tal modo interligado, é possível que os Estado nacionais sejam efetivamente descartados. Entretanto, não se trata de um mero ato de vontade dos governantes. Certamente, “it is not sufficient here for political and business elites to commit themselves and lead the way; a much groundswell of

commitment, of passionate sentiment, such as nationalism has always succeeded in evoking, must emerge” (Smith, 1993, p. p. 133, 134).

### **Os usos da tradição**

Faz-se necessário apontarmos para a utilização da tradição pelo nacionalismo. Tal como anteriormente apontado, por vezes a importância do uso de um “idioma de *Gemeinschaft*”, na expressão de Gellner, passa quase que pouco notada. Contudo, ao assumir o papel de agente da modernização, o nacionalismo o faz a partir do uso dos elementos pré-modernos a ele disponíveis. De fato, é preciso reconhecer que a invenção ou a construção de novas práticas culturais se dá tão somente quando não é mais possível valer-se dos costumes anteriormente presentes. Afinal, “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam” (Hobsbawn, 1997, p. 16). E cabe ressaltar que os costumes e as tradições de um povo, inclusive aqueles herdados de um passado pré-moderno, não são exatamente fatores estanques ou completamente imutáveis. A força de tais hábitos e sua persistência reside precisamente em sua capacidade de adaptação a situações novas.

Isto, entretanto, não significa que o nacionalismo seja realmente um atributo pré-moderno, na medida em que precisa fazer uso da tradição. “A inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade” (Hobsbawn, 1997, p. 13). O fato é que a emergência das nações e do nacionalismo, efetivamente, é indissociável da utilização que é feita da tradição. Não por acaso, há a procura por revestir-se de autenticidade, a despeito das mudanças sociais que muitas vezes são acarretadas pelo próprio “despertar” nacional. E justamente por

isso, torna-se inescapável aos teóricos da questão nacional se voltar à análise de temas próprios do universo da cultura, ainda que possa atribuir-lhe um caráter moderno.

A língua, por exemplo, constitui um dos temas privilegiados do estudo sobre a nação, tanto mais porque os sentimentos nacionais devem expressar-se invariavelmente no idioma de seu povo. Por um lado, devido à própria dinâmica da evolução lingüística como ferramenta de comunicação, ela pode sofrer transformações visíveis, por vezes em um espaço de tempo não muito superior a algumas dezenas de anos. Por outro lado, sua relevância para o estabelecimento de vínculos de solidariedade, e para propiciar um sentimento de identidade e mesmo de pertença, também não é ignorado.

Segundo os teóricos modernistas, foi precisamente a maior fixidez permitida à língua nacional pelo desenvolvimento da comunicação impressa um dos eventos cruciais para o surgimento do nacionalismo. “Uma língua comum, exatamente por não ser naturalmente gerada mas sim construída – especialmente quando é impressa –, adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais ‘eterna’ do que realmente é” (Hobsbawn, 1990, p. 77). Não obstante, a aparência de durabilidade para algo que sabemos ser dinâmico constitui uma das razões centrais para a eleição de certos atributos culturais, e não outros, para fazerem parte do rol utilizado pela mobilização nacional.

É claro que a tradição é então entendida não como um atributo dado de um povo, mas como objeto de manipulação por parte dos agentes históricos, e que sofre a influência dos processos de transformação em especial em um contexto de modernização. Entretanto, para cada indivíduo, as tradições são encaradas como parte inerente de sua cultura, e se estabelece uma maior fixidez às suas manifestações historicamente delimitadas, tanto melhor. O processo de modernização, nesse caso, age a favor das tradições. “O capitalismo de imprensa conferiu à língua uma nova fixidez, o

que a longo prazo contribuiu para a construção da imagem de antiguidade que é tão central na noção subjetiva de nação” (Anderson, 1991, p. 72). O nacionalismo constitui assim um novo uso para as tradições.

Tal poderia não ser o caso. No entanto, o nacionalismo necessita fazer uso precisamente daqueles elementos arbitrários, na medida em que possibilitam a formação e a coesão de uma comunidade. Esta, como já fora definido por Weber, não é constituída por uma afinidade de interesses a partir dos quais os homens se reúnem. Trata-se, antes, de uma vinculação estabelecida de antemão, à qual se torna difícil de fugir. Isto é, “em tudo o que é ‘natural’ há sempre algo de não escolhido. Deste modo, o factor nacional é identificado com a cor da pele, o gênero, a ascendência e a época em que se nasceu – tudo aquilo a que não podemos escapar” (Anderson, 1991, p. 195).

O nacionalismo portanto faz uso de atributos cuja aparência é de estabilidade precisamente para constituir um vínculo inescapável. Ainda que um indivíduo pudesse objetar o desinteresse em participar de tal associação, seria antes compelido pelo chamado emotivo da nacionalidade, que por sua vez abre-se a todos os participantes de uma determinada comunidade, bastando para isso ter sido agraciado pelo nascimento como membro da nação. Os elos compostos pela comunidade nacional não desejam ser confundidos com as associações por interesse oferecidas pelo mundo moderno. “Nestes ‘laços naturais’ apercebemo-nos daquilo a que poderíamos chamar ‘a beleza da Gemeinschaft’ (comunidade). Dizendo-o de outra forma, é precisamente porque estes laços não são escolhidos que têm em seu torno uma aura de desinteresse” (Anderson, 1991, p. 195). Este aspecto desinteressado do nacionalismo, em contraposição ao chamado egoístico típico do desenvolvimento social atual, tão ardentemente denunciado pelos ideólogos nacionalistas, constitui por si só uma maneira de uso de aspectos da tradição.

## **Interesse nacional**

As comunidades nacionais caracterizar-se-iam assim pela indiferença com relação ao apelo por transformações anexo ao processo de modernização, e desejariam mesmo opor-se a ele. “as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizadas na mais remota antigüidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, ‘naturais’ o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses” (Hobsbawn, 1997, p. 22). A defesa de seus próprios interesses, no entanto, é apresentada como algo natural, na medida em que toma parte na história da própria comunidade.

Seu apelo, porém, residia justamente no cenário tumultuado o qual atravessa uma sociedade no instante em que se depara com a possibilidade de mudança radical de suas fundações. Como vimos, é no momento em que se defronta com a possibilidade de revolucionar ao mundo e a si mesmos, que os homens tendem a apelar para a segurança das vestes tradicionais. Nesse sentido, “a nova concepção da nação foi criada para servir como estrutura espaço-temporal de ordenação do caos e para dar significado ao universo, ao prender aspirações e sentimentos de massa pré-modernos a laços locais e familiares; aqui reside uma parte vital do grande atractivo de uma ideologia e de uma linguagem, de outro modo, abstrusas” (Smith, 1991, p. 103). A nação se constituiria como um fenômeno moderno, assentado sobre uma identidade anterior. A ordenação do mundo a partir de concepções pré-modernas constitui assim uma espécie de salvaguarda a toda a mudança trazida pelos novos tempos.

A busca por significado traz uma relevância ímpar para o desenvolvimento do nacionalismo em um contexto de transformação. O apelo, entretanto, a um passado ancestral toma parte na busca por auxílio para enfrentar as tempestades futuras.

Evidentemente, não se trata de qualquer evento anterior. “O êxito destes empreendimentos dependia de um regresso da elite profissional a um passado vivo, um passado que não era apenas uma mera pedreira para pesquisa de antiguidades, mas que podia ser extraído dos sentimentos e tradições do povo” (Smith, 1991, p. 103). Os sentimentos e tradições do povo são úteis na medida em que fornecem um passado vivo, intenso, para a construção de formações políticas atuais.

Por vezes pode parecer mesmo que o nacionalismo se constitua dessa forma como uma força retrógrada na sociedade. A busca por uma forma de vida ultrapassada, especialmente com base em devaneios irrealistas sobre como era constituída efetivamente a realidade em tempos anteriores, poderia ser adequadamente tomada como um agente extemporâneo nos embates políticos aos quais é chamado a tomar parte. Em um contexto de constante mudanças, que alteram de maneira profunda a constituição das sociedades, tal pareceria ser um personagem do qual poucos sentiriam falta.

Mesmo tais motivações, expressas por vezes pelo sentimentalismo nacionalista, não seriam completamente abstrusas, na medida em que expressariam a percepção dos indivíduos frente a um mundo em transformação. Isto é, mesmo quando “movimentos nacionalistas parecem constituir reações de fraqueza e medo, tentativas de erguer barricadas para manter distantes as forças do mundo moderno” (Hobsbawm, 1990, p. 197), tratam-se de ações que exprimem anseios incontidos por grupos sociais relevantes, os quais encontram-se alarmados pela forma como a dinâmica social contemporânea os atinge.

Entretanto, tal parece não ser sempre o caso. Para além de proporcionarem uma forma de legitimação da ordem social em mudança, ou para expressarem o descontentamento com os rumos adotados pelo curso da modernização, o nacionalismo

fundamenta-se como uma tentativa de guia para a trajetória de comunidades em contextos futuros.

### **Nacionalismo: passado, presente e futuro**

Conforme discutimos, o debate acerca da questão nacional tem como um de seus aspectos mais relevantes a relação entre as nações e o nacionalismo e a transição de uma sociedade pré-moderna para a Era Moderna. Inicialmente, teóricos nacionalistas, comprometidos com a caracterização da nação como dotada de uma essência própria, concebiam-na como a expressão de um passado idílico, que se projetava sobre a vida dos homens no presente. Contrariamente a esta concepção mistificada, a crítica de pensadores posteriores, mais afastados da maneira como o próprio nacionalismo reivindicava sua legitimação, passaram a chamar a atenção para o caráter moderno das transformações as quais propiciavam a emergência da nação, e ao caráter ilusório das reconstituições de tempos pregressos levadas a cabo pelos ideólogos do nacionalismo. Paralelamente à crítica modernista, desenvolveu-se também a perspectiva de que o nacionalismo possuiria vínculos estreitos com o passado pré-moderno, ainda que não fosse, objetivamente, a realização deste. O que poderia ser observado seria a manutenção de um elo capaz de intermediar o passado com o presente, por meio da utilização da tradição.

A própria tradição, por sua vez, foi por vezes caracterizada como uma construção artificial, uma invenção social ligada a um momento bem recente da história humana, e que teria como função servir a propósitos bem específicos, como respaldo para a reivindicação nacionalista de continuidade entre o passado e o momento atual.

Certo é que a caracterização realizada pelos movimentos nacionalistas do que seriam seus antepassados dificilmente poderia ser tomada como razoável. De fato, “os nacionalistas redescobriram e, freqüentemente, exageraram o heroísmo de épocas passadas, as glórias de civilizações ancestrais (muitas vezes não a sua) e as proezas dos seus grandes heróis nacionais, mesmo quando esses heróis pertenciam mais ao domínio da lenda do que ao da história e, caso tivessem vivido, não sabiam de nada acerca da nação que tão empenhadamente os resgatava da obscuridade” (Smith, 1991, p. 159). O presente da comunidade, isto é, seus contornos atuais, eram projetados na experiência do passado, mesmo quando esta pouca relação tivesse com a identidade atual. Além disso, o caráter mítico dos eventos relatados era premente, funcionando assim mesmo como ligação para o cenário atual.

Contudo, não basta à nação forjar vínculos com o passado, de modo a que este sirva como seu apoio. Ao nacionalismo cabe também projetar para os indivíduos meios para se confrontar o futuro, desde que estes se mantenham fiéis à vida em comum. Não por acaso os pesquisadores sobre o assunto chamam a atenção para a promessa de imortalidade contida no chamado em defesa da nação. A continuidade da comunidade é proposta ao passado bem como ao futuro, e é em respeito àquele e em honra a este que o adepto do nacionalismo deve buscar o sacrifício pessoal. “A nação pode exaltar um passado distante, mesmo quando grande parte deste tem de ser reconstruído ou mesmo fabricado. Mais importante ainda, a nação pode oferecer um futuro glorioso, semelhante ao seu passado heróico” (Smith, 1991, p. 159). Com efeito, a direção evocada por meio dos apelos nacionalistas tem dois sentidos: atrás, para o passado que o recobre, em frente, para o futuro que o reserva.

Isto se encontra de tal modo arraigado no ideário nacionalista que se torna realmente difícil imaginar o seu sucesso sem a presença desta perspectiva temporal. “A

função primordial da identidade nacional é assim a de proporcionar uma forte ‘comunidade de história e destino’ para salvar as pessoas de um esquecimento individual e para restaurar a fé coletiva” (Smith, 1991, p. 159). Contraditoriamente, o êxito do nacionalismo vincula-se a sua capacidade de apresentar-se como algo que aponta simultaneamente para o passado e para o futuro.

Cabe ressaltar o modo como é interpretado tal resgate do passado pré-moderno. Para um autor arremido às concepções modernistas, como Smith, salta aos olhos a importância da identidade étnica, a qual servirá como base para o desenvolvimento de uma identidade nacional posterior. O resgate do passado, porém, não deve, necessariamente, implicar a continuidade com uma identidade étnica já existente. É possível vislumbrar-se, dessa maneira, a reivindicação de elementos inerentes a um tempo histórico anterior, sem que esta constitua-se como uma sobrevivência da etnicidade. O simbolismo das tradições pode, efetivamente, manifestar-se de modo apartado ao ressurgimento da comunidade étnica, servindo como uma projeção ao passado capaz de encerrá-lo juntamente com o futuro, porém em uma identidade nacional própria ao presente.

Com efeito, não são poucas as comunidades que aspiram à sobrevivência em um contexto de rápida transformação social. Mais: a cultura tem uma dinâmica tal que tende a assumir especificidades bastante distintas de acordo com o local em que emerge. Mesmo em um espaço não muito grande, a distância, as rivalidades, as falhas de comunicação e outros acidentes levam cada grupo regional a adotar suas próprias estratégias de sobrevivência, que por sua vez ensejam formas particulares de manifestações culturais, cristalizadas posteriormente em tradições singulares. São, todas as culturas, candidatas em potencial para ocuparem um lugar ao sol ante as novas configurações da vida moderna, quem sabe podendo contar com uma aparato estatal que

a eleja como sua forma prioritária para o estabelecimento de laços de solidariedade, e se auto-proclame seu protetor. Quais culturas darão voga a um movimento dotado de conteúdo político, e quais se contentarão com um papel de coadjuvante ou mesmo com a queda no ostracismo no futuro, é impossível para a teoria prever.

Cabe, ainda assim, assinalar o fato. “O número de movimentos nacionais, com ou sem Estados, é evidentemente muito menor que o número de grupos humanos capazes de formar tais movimentos através de critérios correntes de existência potencial de nações, e certamente é muito menor que o número de comunidades com o senso de vinculação comum” (Hobsbawn, 1990, p. 92). Talvez seja possível imaginar, ainda assim, que a possibilidade de desenvolver um movimento nacional organizado, a partir desse senso de vinculação comum, deva muito às possibilidades de tal comunidade oferecer a seus membros uma projeção de continuidade não só com relação a um passado vivido de forma compartilhada, mas a um futuro em comum.

Contrariamente, essa linha entre passado, presente e futuro, segundo parte da literatura sobre globalização, teria se rompido de maneira inequívoca. O nacionalismo seria um fenômeno em extinção, incapaz de dar conta da dinâmica da sociedade atual, incapaz de respeitar fronteiras políticas, e cada vez mais interessada em flexibilizar o fluxo de pessoas, dinheiro e informações em benefício de uma grande aldeia global.

É possível entender o declínio do nacionalismo como uma crise de legitimação. No caso, estaria fragilizada sua capacidade de estabelecer vínculos, agora nem tanto com o passado, mas com o futuro das comunidades. Formas de organização supra-nacionais vendem-se como as instituições mais adequadas para enfrentar os novos tempos, não somente no presente que agora chega, mas no tempo ainda vindouro. Não são raros os teóricos que se arriscam a vislumbrar o tempo que ainda está por vir, apostando no decadência do nacionalismo já nos próximos anos (Hobsbawn, 1990) ou

na sua capacidade de persistência ainda até por onde a vista alcança (Smith, 1993). Particularmente, tendo em vista especialmente o contexto global dos últimos 7 ou 8 anos, parece improvável uma queda generalizada e impiedosa na credibilidade dos Estados-Nação.

Ainda assim, seria plausível prever um fortalecimento em instituições para além dos Estados nacionais, em especial os organismos que reúnem países de uma mesma região, a princípio em torno de um tema específico, mas depois se estendendo para além dele, como no caso dos blocos econômicos continentais. Porém, sua capacidade para aprofundar o sentido de identidade entre os Estados participantes e assim se fortalecer parece carecer de algo a que o nacionalismo tem de sobra, que é a continuidade entre o passado e o presente. Em um contexto em que todos olham para o futuro, talvez seja importante lembrar-se também da importância em reconstituir-se (ou reconfigurar-se) os tempos anteriores.

## **Conclusão**

Dizia Walter Benjamin que aquilo que propiciava o maior engajamento dos trabalhadores em um movimento revolucionário residia em seu aprendizado de ódio e de espírito de auto-sacrifício com o passado, mais do que o papel de redentor das gerações futuras. O erro dos dirigentes de seu tempo (a social-democracia reformista), dizia Benjamin, era “atribuir à classe operária o papel de salvar as gerações *futuras*. Com isso, ela (a social democracia) a privou das suas melhores forças. A classe operária desaprendeu nessa escola tanto o ódio como o espírito de sacrifício. Porque um e outro se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não dos descendentes liberados.” (Benjamin, 1985, p. 229).

No que se refere a essa projeção em direção tanto ao passado, quanto ao futuro, o nacionalismo, muitas vezes, consegue se apropriar de ambos os sentimentos. O ódio ao estrangeiro opressor, e o encantamento com a possibilidade de reviver o espírito de um povo, costuma acompanhar a luta nacionalista por onde quer que se instale. Ironicamente, o futuro sonhado para os descendentes liberados ecoa o passado de feitos heróicos vividos pelos antepassados. Sabe-se, contudo, que o tempo anterior não volta mais. O que se busca é o resgate do sentido de comunidade, de vida em conjunto, propiciada pelo sentimento nacional.

Seus concorrentes, ansiosos por superá-lo, parecem carecer da escola do passado. Precisariam, de toda forma, encontrar raízes históricas para justificar sua conformação política. Não é possível construir uma identidade política baseada tão somente na promessa de boa vida no futuro, mesmo que se apele para os ideais humanos mais nobres, como a paz, a justiça ou a fraternidade entre os povos.

Não significa que, eventualmente, organizações políticas supra-nacionais não possam, no futuro, serem bem-sucedidos. Até lá, entretanto, nações e nacionalismos devem continuar bem presentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa, edições 70, 1991.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.): *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BREUILLY, John. *The Nation and the State*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- CARR, Eric H. *Nationalism and After*. Londres, Macmillian, 1945.
- DEUTSCH, Karl. *Nationalism and Social Communication*. Cambridge, MIT Press, 1966.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Nationalism*. London, Weidenfeld & Nicolson, 1997.
- GILBERT, Alan. “Marx on Internationalism and War”. In: *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 7, No. 4, 1978.
- \_\_\_\_\_. “Social Theory and Revolutionary Activity in Marx”. In: *The American Political Science Review*, Vol. 73, No 2, 1979.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- HEGEL, G. W. F. “La Contradicción”. In: *Ciencia de la Lógica*. Libro Segundo: “La Doctrina de la Esencia”. Buenos Aires, Ediciones Solar, 1993.

- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terrence (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- HOBBSAWN, Eric. *Nação e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HUTCHINSON, John and SMITH, Anthony D. (Eds). *Nationalism*. Oxford, University Press, 1994
- KEDOURIE, Elie. *Nationalism*. Oxford, Blackwell, 2004.
- KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro e São Paulo, Fundo de Cultura, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Historia del Nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1949.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”. In: *MARX Coleção Os Pensadores*. São Paulo, Editora Abril, 1974.
- MICHEL, Bernard. *Nations et nationalismes em Europe centrale*. Paris, Aubier, 1995.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- POGGE, T. W. “Cosmopolitanism and Sovereignty”. *Ethics* 103(1): 48-75, 1992.
- RENAN, Ernest. “Qu’est-ce qu’une nation”. In: *Ouvres Complètes de Ernest Renan*. Paris, Calmann-Lévy Éditeurs 3, 1947.
- RICUPERO, Bernardo. *A idéia de Nação no Romantismo Brasileiro*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- SCHULZE, Hagen. *Estado e Nação na História da Europa*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nationalism and Modernism*. London and New York, Routledge, 1998.

SMITH, Anthony D. “A Europe of Nations. Or the Nation of Europe?”. In: *Journal of Peace Research*. Vol. 30, No 2. Sage Publications, Ltd. 1993.

STALIN, Josef. “Contra Bauer: o conceito de nação”. In: José Paulo Netto (org). *Stalin. Política*. São Paulo, Editora Ática, 1982.

THOMPSON, D. F., “Democratic Theory and Global Society”. *The Journal of Political Philosophy* 7(2): 111-125, 1999.

VICENZI, Roberta. *Nacionalismo Árabe: Apogeu e Declínio*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.